

AIKEL NAKAZATO

**ARRANJO PRODUTIVO LOCAL DO COMÉRCIO INDÍGENA: UMA
VISÃO ETNODESENVOLVIMENTISTA DA COMUNIDADE TERENA**

**UNIVERSIDADE CATÓLICA DOM BOSCO
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO LOCAL
MESTRADO ACADÊMICO
CAMPO GRANDE/MS
2011**

AIKEL NAKAZATO

ARRANJO PRODUTIVO LOCAL DO COMÉRCIO INDÍGENA: UMA
VISÃO ETNODESENVOLVIMENTISTA DA COMUNIDADE TERENA

Dissertação apresentada como exigência
parcial para a obtenção do título de
Mestre em Desenvolvimento Local –
Mestrado Acadêmico - à Banca
Examinadora, sob a orientação do Prof.
Dr. Antonio Jacó Brand

UNIVERSIDADE CATÓLICA DOM BOSCO
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO LOCAL
MESTRADO ACADÊMICO
CAMPO GRANDE/MS
2011

Ficha Catalográfica

FOLHA DE APROVAÇÃO

Título: ARRANJO PRODUTIVO LOCAL DO COMÉRCIO INDÍGENA: UMA VISÃO ETNODESENVOLVIMENTISTA DA COMUNIDADE TERENA

Área de concentração: Desenvolvimento local em contexto de territorialidades.

Linha de pesquisa: Desenvolvimento Local, Cultura, Identidade, diversidade.

Dissertação submetida à Comissão Examinadora designada pelo Colegiado do Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Local - Mestrado Acadêmico - Universidade Católica Dom Bosco, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Desenvolvimento Local.

Dissertação aprovada em: 21/02/ 2011.

BANCA EXAMINADORA

Antonio Jacob Brand - UCDB
Orientador

Cleonice Alexandre Le Bourlegat - UCDB
Membro

Antonio Hilário Aguilera Urquiza - UFMS
Membro

À minha querida esposa e companheira de todos os momentos Katia Regina, à pequena Lorena meu grande presente de Deus, aos meus Pais e todos os amigos e familiares que torceram para que esse momento acontecesse.

AGRADECIMENTOS

A decisão de iniciar o Mestrado em Desenvolvimento Local veio pela vontade de ampliar meus conhecimentos. Ao término dessa trajetória tenho a certeza que muito aprendi e amadureci. Por isso, gostaria de agradecer a Deus pelo dom da vida e aos muitos professores que dedicaram seu talento em ensinar e, assim, contribuir com a minha formação estudantil, em especial ao Prof. Dr. Vicente Fidélis de Ávila que foi um grande motivador e entusiasta do Desenvolvimento Local, à Professora Coordenadora do Mestrado Dra. Cleonice Alexandre Le Bourlegat pela serenidade, dedicação, lealdade e apoio maternal que sempre forneceu aos mestrandos, ao meu orientador Professor Brand que inspirou o desafio de produzir esse trabalho, dispondo de muita paciência, boa vontade e direcionamento nos momentos críticos.

Gostaria também de agradecer ao Sr. Jurandir e a Sra. Marileide, vice-presidente e presidente da Associação de Feirantes Indígenas de Campo Grande por fornecer informações relevantes à pesquisa.

Aos índios Terena que lutam há muito tempo com coragem e dignidade por melhores condições de vida.

Aos colegas de mestrado que com suas variadas experiências de vida contribuíram para meu crescimento intelectual.

RESUMO

O presente trabalho insere-se na linha de pesquisa Desenvolvimento Local: cultura, identidade e diversidade, do Programa de Mestrado em Desenvolvimento Local da UCDB, cuja área de concentração está fundamentada nos contextos de territorialidades constituídas em ambientes de vida e trabalho, com especial atenção às comunidades tradicionais e aos micro e pequenos empreendimentos. O trabalho teve como objetivo realizar uma pesquisa diagnóstica, do Arranjo Produtivo Local dos produtos comercializados pelos índios da etnia Terena, descrevendo sua estrutura e interpretando a dinâmica na subsistência e no processo econômico, étnico e cultural dos grupos envolvidos, a partir dos aspectos objetivos e subjetivos, verificando suas relações com o desenvolvimento local. Além de compreender o Arranjo Produtivo da comunidade Terena, observando a estrutura e formas de articulação interna, além dos mecanismos criados para a sobrevivência das famílias e os excedentes para trocas, em especial na feira localizada no mercado público de Campo Grande, além de investigar em que medida essas atividades, por sua estrutura e dinâmica, contribuem para o Desenvolvimento Local. O problema que se coloca, nesse trabalho diz respeito ao melhor conhecimento do Arranjo Produtivo Local pela produção de excedentes comercializáveis, realizada nas aldeias. A questão principal é conhecer as condições potenciais e limitadoras dessa territorialidade econômica na garantia de sobrevivência das comunidades Terena. Segundo Lastres (2005), Arranjos Produtivos Locais são caracterizados como um conjunto de atores econômicos, políticos e sociais, localizados em um mesmo território, desenvolvendo atividades econômicas correlatas e que apresentam vínculos de produção, interação, cooperação e aprendizagem. A metodologia utilizada foi pautada no levantamento bibliográfico e em pesquisa de campo que incluirá a aplicação de questionários entre os consumidores e empresários do ramo alimentício, além de entrevistas com os índios. Por fim, concluo que em virtude das características próprias do comércio indígena na feira do mercado público em Campo Grande, caracteriza um arranjo produtivo cultural, com forte articulação entre os agentes internos, mas com pouco auxílio das entidades de apoio (agentes externos), além da necessidade da criação do selo dos produtos Terena e o fomento ao APL do comércio indígena como alternativa para o desemprego vindouro da mecanização do processo produtivo da cana-de-açúcar.

PALAVRAS-CHAVE: Arranjo Produtivo Local, Etnodesenvolvimento, Comércio Indígena, Terena.

ABSTRACT

The work falls was inserted in line with Local Development Research: culture, identity and diversity of the Masters program in Local Development UCDB, whose area of concentration is grounded in the contexts of territoriality formed in living and working environments, with special attention traditional communities and micro and small enterprises. The work aims to perform a diagnostic research, the Local Productive Arrangement of products marketed by ethnic Terena Indians, describing their structure and dynamics in interpreting the livelihood and economic process, ethnic and cultural groups involved, from the aspects objective and subjective, checking their relations with local development. In addition to understanding the product arrangement Terena community, observing the structure and forms of internal links, in addition to the mechanisms for the survival of families and surplus for trade, especially at the fair located in the public market of Campo Grande, in addition to investigating what extent these activities, by their structure and dynamics, contribute to local development. The problem that arises in this work relates to the best knowledge of the Local Productive Arrangement for the production of marketable surpluses held in the villages. The main issue is to understand the potential and limiting conditions of this economic territoriality in ensuring of survival of communities Terena. According Lastres (2005), local clusters are characterized as a set of economic actors, political and social, located in the same territory, and developing economic activities related to present links of production, interaction, cooperation and learning. The methodology was based on literature and field research that will include questionnaires among consumers and entrepreneurs in the food sector, plus interviews with the Indians. Finally, I conclude that because of the exact characteristics of the Indian trade fair in the public market in Campo Grande, features a cultural production network with strong links between domestic agents, but with little help from supporting organizations (external agents), and the necessity of creating the seal of the Terena products and promoting the APL Indian trade as an alternative to unemployment coming of mechanization of the production process of cane sugar.

KEY-WORDS: Local Productive Arrangement, Ethnodevelopment, Indian Trade, Terena.

LISTA DE FOTOS

| | |
|--|----|
| Foto 1 – Índios Terena fardados..... | 39 |
| Foto 2 – Cerâmica Terena..... | 44 |
| Foto 3-4 – Manifestação cultural Terena: dança do bate-pau..... | 44 |
| Foto 5 – Manifestação cultural Terena: dança do bate-pau..... | 45 |
| Foto 6 – Índia Terena fabricando cerâmica..... | 57 |
| Foto 7 – Residência Terena..... | 65 |
| Foto 8 – Imagem da feirinha demonstrando a preponderância de cada aldeia.. | 70 |
| Foto 9 – Chegada dos produtos na feirinha..... | 73 |

LISTA DE FIGURAS

| | |
|---|----|
| Figura 1 – mapa da aldeia terena Limão Verde..... | 38 |
| Figura 2 – localização da feirinha..... | 67 |
| Figura 3 – imagem aérea da feirinha..... | 68 |
| Figura 4 – selo de certificação da FOIRN..... | 76 |

LISTA DE ABREVIATURAS

APL – Arranjo Produtivo Local

CEB'S – Comunidades Eclesiais de Base

CIMI – Conselho Indigenista Missionário

CNBB – Conferência Nacional dos Bispos do Brasil

FOIRN – Federação das Organizações Indígenas do Rio Negro

FUNAI – Fundação Nacional do Índio

FUNASA – Fundação Nacional de Saúde

ISA – Instituto Sócio Ambiental

NOB – Noroeste do Brasil

PI – Posto Indígena

PIB – Produto Interno Bruto

SEBRAE – Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas

SPI – Serviço de Proteção ao Índio

SPILTN – Serviço de Proteção ao Índio e Localização dos Trabalhadores Nacionais

UNIEDAS – União das Igrejas Evangélicas da América do Sul

UFRJ – Universidade Federal do Rio de Janeiro

SUMÁRIO

| | |
|--|-----------|
| INTRODUÇÃO | 14 |
| 1 CONCEITUAÇÃO DE ARRANJO PRODUTIVO LOCAL, SUA RELAÇÃO COM O DESENVOLVIMENTO LOCAL E SEUS ASPECTOS SOCIAIS..... | 19 |
| 1.1 CONCEPÇÕES ACERCA DE DESENVOLVIMENTO ENDÓGENO, SUSTENTÁVEL E LOCAL..... | 27 |
| 1.2 DEFINIÇÕES DE ETNODESENVOLVIMENTO E INDIGENISMO PARTICIPATIVO E SUA APLICABILIDADE A COMUNIDADE TERENA | 33 |
| 2 TERENA: CULTURA, IDENTIDADE E TERRITORIALIZAÇÃO | 36 |
| 2.1 LOCALIZAÇÃO E POPULAÇÃO | 38 |
| 2.2 DIMENSÃO CULTURAL E ORGANIZAÇÃO SOCIAL TERENA..... | 43 |
| 2.4 ATIVIDADES PRODUTIVAS..... | 51 |
| 2.4.1 Pecuária..... | 53 |
| 2.4.2 Trabalhos temporários | 54 |
| 2.4.3 Caça, pesca e coleta..... | 56 |
| 2.5 TERRITORIALIDADE E TERRITÓRIO TERENA..... | 57 |
| 2.5.1 Aldeias e território Terena | 62 |
| 2.5.2 Estrutura social e as unidades da produção Terena: A roça..... | 63 |
| 3 OS PRODUTOS INDÍGENAS E SEU DIFERENCIAL COMERCIAL | 66 |
| 3.1 A FEIRINHA DO MERCADÃO | 66 |
| 3.2 O TRANSPORTE DOS PRODUTOS DA ALDEIA PARA FEIRA | 68 |
| 3.3 PAPEL DE CADA MEMBRO FAMILIAR NO COMÉRCIO E PRODUÇÃO DOS PRODUTOS..... | 69 |
| 3.4 PRODUÇÃO E COLETA DOS ITENS COMERCIALIZADOS | 70 |
| 3.5 ESTRUTURA ORGANIZACIONAL DO COMÉRCIO TERENA..... | 71 |

| | |
|---|-----------|
| 3.6 AS ORGANIZAÇÕES DE APOIO AO COMÉRCIO INDIGENA | 72 |
| 3.7 PERFIL DOS CONSUMIDORES DOS PRODUTOS TERENA..... | 72 |
| 3.8 DESTINAÇÃO DA RENDA OBTIDA COM A COMERCIALIZAÇÃO | 74 |
| 3.9 ASPECTOS E CARACTERISTICAS PRODUTIVAS NAS ALDEIAS | 74 |
| CONSIDERAÇÕES FINAIS..... | 82 |
| REFERÊNCIAS | 86 |
| ANEXOS..... | 92 |

INTRODUÇÃO

A tradicional cultura Terena tem sido marcada por significativa ligação da comunidade com a terra, pela economia de subsistência do tipo autárquica (auto-suficiente) baseada no extrativismo, agricultura e artesanato.

Entretanto, face às atuais condições de vida a que as comunidades Terena estão sendo submetidas, especialmente após o avanço das fronteiras de modernização e das políticas de confinamento indígena, revela-se uma situação de escassez de recursos naturais e de terra. Essas comunidades não conseguem mais suprir nem mesmo as necessidades mais básicas de sobrevivência dentro da aldeia.

Como consequência, elas necessitam buscar novas alternativas econômicas de sobrevivência fora da aldeia. Uma delas tem sido o trabalho assalariado nas usinas de açúcar e álcool, nas fazendas, nos empregos domésticos e trabalhando como funcionário público. Outra alternativa tem se dado a partir de rendas obtidas em forma de aposentadorias, programas assistenciais e a produção de excedentes comercializáveis para atender a um mercado regional de natureza urbana.

Chama atenção, nesse sentido, o reduzido número de famílias que ainda mantém o cultivo interno das roças. Na aldeia Cachoeirinha esse índice não chega a 20% e essa produção feita na forma de “roça” fica sob responsabilidade dos mais velhos, enquanto a comercialização é um ato feminino. Outra questão é que a prática da produção de excedentes de comercialização submete essas comunidades à lógica capitalista de mercado, seja junto aos fornecedores de insumo, seja em relação aos consumidores desse produto. E, por último, as políticas públicas de apoio ainda parecem ser insuficientes nesse sentido.

O objetivo do trabalho é investigar até que ponto é possível falar em Arranjo Produtivo Local no comércio indígena Terena, e em que medida esse

arranjo produtivo está articulado e quais as vantagens que traz para a comunidade. Buscou-se ainda eventuais comparações com os outros APL's, destacando sua caracterização e particularidades. O objeto de estudo centrou-se no Arranjo Produtivo Local de produtos comercializados na feira indígena do Mercado Municipal de Campo Grande-MS, capilarizando-se para os pólos de produção e distribuição.

A linha de pesquisa adotada insere-se em Desenvolvimento Local: cultura, identidade e diversidade, do programa de mestrado em Desenvolvimento Local da UCDB. O foco da pesquisa foi a comunidade Terena, em especial o comércio realizado na feira do mercado público de Campo Grande.

A pesquisa sobre a comercialização, transporte e produção foi feita através de entrevistas com a presidente e o vice-presidente da Associação de Feirantes Indígenas de Campo Grande. Para isso foi aplicado questionário com perguntas semi-abertas, com a finalidade de entender como é feita a produção, o transporte, e a comercialização dos produtos, quais são os produtos vendidos e qual a sua origem. Outros elementos analisados na pesquisa foram: o perfil dos compradores desses produtos, como os Terena se organizam e qual o papel de cada membro familiar dentro do Arranjo Produtivo, além de compreender se existem e qual o papel das entidades de apoio dentro do Arranjo Produtivo.

Em paralelo, foi aplicado questionário a população de Campo Grande que foi motivado pela necessidade de entender a percepção das pessoas em relação aos produtos indígenas e o dimensionamento da oferta e procura por esses produtos em Campo Grande. Na pesquisa com os consumidores foram aplicados 100 questionários estruturados com perguntas fechadas (anexo). O período da pesquisa foi de 12/03/2010 á 16/03/2010 e foram coletados dados qualitativos e quantitativos. As perguntas foram dirigidas à população de Campo Grande/MS, com capilaridade em seis bairros da cidade. Centrou-se na identificação do conhecimento desta amostra em relação aos produtos indígenas e se existe consumo, além de levantar o grau de informação dessa população sobre os locais de comercialização desses produtos.

Já a pesquisa sobre o mercado de distribuição procurou entender a disponibilidade e se existe concorrência para os produtos elencados (pequi, guariroba, feijão verde - in natura). Para isso foram entrevistados os gerentes de compras das quatro maiores redes de supermercados de Campo Grande (Comper, Extra, Carrefur e Wal Mart).

Atualmente as comunidades Terenas de Mato Grosso do Sul estão localizadas, principalmente, nos municípios de Aquidauana, Miranda, Terenos, Rochedo, Sidrolândia, Nioaque, Dois Irmãos do Buriti, Campo Grande e Dourados, com população estimada de 23.649 pessoas (FUNASA, 2010). Segundo Mangolim (1993), os Terena pertencem ao tronco lingüístico Aruak e são oriundos das Antilhas, norte do Brasil, interior da América do Sul, das planícies Colombianas e Venezuelanas, além dos varjões Equatorianos. A ocupação Aruak no Mato Grosso do Sul se deu através do Rio Negro, pois percorriam longas distâncias até encontrarem terras propícias à agricultura. Sua chegada em Mato Grosso do Sul se deu antes da guerra do Paraguai. No entanto, com o advento da guerra houve deslocamentos internos e com o intuito de refugiarem-se do conflito fixaram-se nos morros entre os rios Aquidauana e Miranda. Outro movimento de deslocamento interno ocorreu no pós-guerra com as reservas constituídas a partir de iniciativa de Rondon¹ (CARDOSO, 2004).

A comunidade Terena tem como característica de sua organização social a composição por famílias extensas, com fortes laços de cooperação econômica e política. A economia Terena possui três características predominantes: 1) Trabalho com a terra, coleta, artesanato e comércio; 2) Trabalho externo em usinas de cana, fazendas e como domésticas; 3) Aposentados, funcionários públicos e aqueles que recebem benefícios assistenciais (GONZAGA, 2004).

O Terena possui forte relação com a terra que em muitos casos é expressa através de sentimentos de paixão, como em alguns relatos inseridos no decorrer do segundo capítulo. Essa relação afetuosa com a terra é explicada

¹ Cândido Mariano da Silva Rondon, mais conhecido como Marechal Rondon, foi militar e sertanista brasileiro.

pelas teorias de Raffestin, Milton Santos e Marly Nogueira. “minha paixão é a terra” (ALBUQUERQUE *apud* GONZAGA, 2004, p.64). Com esta afirmação, Mangolim (1993) esclarece a forte ligação do povo terena com a terra, corroborando assim sua ligação com a agricultura, sendo a lavoura sua principal atividade econômica e, também, fundamental para a religião Terena.

O primeiro capítulo tratará da conceituação de Arranjo Produtivo Local, trazendo elementos históricos do início dos debates sobre o tema APL no Brasil e no mundo, explicando como aglomerações transformam-se em APL. O Arranjo Produtivo Local pode ser caracterizado, segundo Lastres (2005, p.2), como um conjunto de atores econômicos, políticos e sociais, localizados em um mesmo território, desenvolvendo atividades econômicas correlatas e que apresentam vínculos de produção, interação, cooperação e aprendizagem. Outras definições de APL foram inseridas no referido capítulo a partir de autores como Cassiolato, Santos, Diniz, Barbosa e Szapiro. O capítulo ainda traz a definição de desenvolvimento sustentável e desenvolvimento endógeno, feita por Souza Filho (2002). O primeiro, já amplamente divulgado e utilizado, centraliza seu enfoque em um determinado território, nas suas paisagens, na sua população e nas relações desta com todos os demais elementos desse território. Este enfoque adota princípios como planejamento ascendente, participação e autonomia da população local e perspectivas de mercado, tendo como meta final a melhoria das condições de vida dessa população. As principais dimensões deste conceito são a ambiental, a social, a econômica e a político-institucional, que abordam, respectivamente, a sustentabilidade, a eqüidade, a competitividade e a governabilidade (SOUZA FILHO, 2002). O segundo teve suas origens na década de 1970, quando se destacaram as propostas de desenvolvimento da base para o topo. Desde então, esta corrente evoluiu com a colaboração de novos enfoques à problemática dos desequilíbrios regionais.

Outros autores como Amaral Filho (1996) e Barquero (2002) deram corpo ao enfoque desenvolvimentista. Complementando a teoria da endogeneização foram inseridos os conceitos de Ávila (2000, p. 68) sobre o desenvolvimento local e como este contribui para o amadurecimento das comunidades. O autor define desenvolvimento local como “o efetivo desabrochamento – a partir do rompimento de amarras que prendem as pessoas

em seus *status quo* de vida das capacidades, competências e habilidades de uma comunidade definida, com objetivos comuns e determinado território definido". Para finalizar o capítulo descrevo os conceitos e aplicações do indigenismo participativo, oriundo da tese de doutorado de Ricardo Verдум que defende que as comunidades indígenas devem ser as efetivas gestoras do seu próprio desenvolvimento. Que a elas seja garantido o direito de formar seus quadros técnicos (engenheiros, professores, médicos, etc.) e estruturar e gerir as unidades político-responsáveis pela gestão dos seus territórios. São os indígenas – e unicamente eles – que devem tomar em mãos as rédeas de seu destino histórico.

No segundo capítulo o tema abordado será a história, cultura e identidade do povo Terena apoiado em autores como: Mangolim, Bittencourt e Ladeira, assim como sua territorialização em Mato Grosso do Sul, cosmologia, modo de vida, organização social e produção, que estão fundamentados nos trabalhos de Azanha (2003), Oliveira (1968), Cardoso (2004), Martins (1992), Gonzaga (2004). Este capítulo caracterizará a relação do Terena com o território trazendo conceitos da geografia humanista, abordada por autores como Santos (1994), Nogueira (2004), Raffestin (1993), Lefebvre (1981), Soja (1993), Sack (1986), Foucault (1979). Ainda, no segundo capítulo, será abordada a organização social sob o prisma religioso, político e econômico.

No terceiro capítulo entenderemos como os produtos indígenas são recebidos no mercado local, vantagens competitivas que possuem e quais fatores do arranjo contribuem positiva ou negativamente para o sucesso do APL.

Com isso, entenderemos que diferentemente das premissas do capitalismo, sistema no qual a acumulação de riqueza, sob o aspecto da composição de renda, é a base de todo o modelo econômico, e até mesmo sob o aspecto social, onde aqueles que detêm maior poder aquisitivo, possuem maior respeito e acessos, para os índios o homem que divide e compartilha seus bens é generoso é bem visto pela comunidade (AZANHA, 2000). Portanto, existe a necessidade de acrescentar aos conceitos de Desenvolvimento Local, fatores como: cosmologia, costumes e crenças, somando a essa abordagem, o etnodesenvolvimentismo que trará as bases consolidadoras do trabalho.

1 CONCEITUAÇÃO DE ARRANJO PRODUTIVO LOCAL, SUA RELAÇÃO COM O DESENVOLVIMENTO LOCAL E SEUS ASPECTOS SOCIAIS

A década de 1980 foi um marco no desempenho competitivo e inovativo de aglomerações produtivas. Em paralelo, nesse período intensificou-se o debate sobre as possibilidades da gestão local do desenvolvimento. Trazendo novos questionamentos a cerca das abordagens teóricas que definiam como únicos agentes de desenvolvimento econômico: o Estado Nacional e as grandes empresas. A participação dos agentes locais era restrita à gestão de equipamentos e serviços públicos e a regulação de algumas atividades. Ao mesmo tempo, no Brasil, a crise fiscal do Estado e os processos de descentralização, desde o início da década de noventa, estimularam uma predisposição ao reconhecimento dos governos locais como agentes de renovação das políticas públicas. Esta tendência foi intensificada pelos processos de reestruturação dos padrões de produção e pela globalização dos fluxos de capital. Embora estes processos signifiquem um aumento no desenvolvimento tecnológico, ao mesmo tempo, estas mudanças causam um significativo desemprego estrutural, que forçam os governos locais a buscarem novas opções para enfrentarem o problema (MOURA, 2002).

A busca por alternativas trouxe uma importante análise a respeito da necessidade de mudanças nos processos produtivos e nas teorias e políticas de desenvolvimento regional, contemplando particularidades de um determinado local ou de grupos étnicos, como os indígenas, por exemplo, ou seja, a busca de um novo modelo de desenvolvimento. A importância dessas mudanças aumenta à medida que se verifica que o crescimento econômico não se difunde homogeneamente para todas as regiões do país, que a distribuição de renda gerada não é equitativa, não havendo melhora na situação de pobreza em que ainda vive uma significativa parcela da população mundial (ALBUQUERQUE

Apud SOUZA FILHO, 2002). O crescimento econômico nem sempre é objetivo de busca de algumas comunidades tradicionais, conforme relato colhido por Azanha e citado por Sabino de Albuquerque, capitão da aldeia Terena Cachoeirinha: “*Nós não queremos enricar. Queremos rir, viver satisfeitos com nossos filhos, parentes e patrícios e viver bem*”.

A restrita abordagem tradicional da política regional, acrescida ao processo de profundas transformações na própria forma de organização do sistema capitalista mundial, nas décadas de 1970 e 1980, fortaleceu o surgimento de diversas abordagens centradas na importância da dimensão local na coordenação das atividades econômicas e tecnológicas (CAMPOS, 2001, p. 2). Portanto, estas transformações devem possuir uma relação intrínseca com as necessidades e modo de vida das populações tradicionais, no caso, as comunidades indígenas.

Segundo Campos (2001, p.2), as novas abordagens contribuíram para enfatizar que os processos de conhecimento interativo progridem a partir de estruturas de informações e padrões de comunicação que, em muitos casos, ajustam-se por formatos institucionais onde a origem e evolução é definida pela proximidade territorial entre empresas em aglomerações produtivas. Estas com características únicas, pois estão sob influência de atores locais e de particularidades do território, onde se produziu a aglomeração produtiva. Esse desenvolvimento, que traz ganhos positivos, deverá considerar novos fatores quando tratarmos de comunidades indígenas, uma vez que não devemos esquecer elementos importantes que traduzem a relação índio e território, aspectos como cosmologia, organização social, produção alimentícia, entre outros.

Pautados na concepção Marshalliana² (1982), os debates ganharam robustez, em grande parte, pelo desenvolvimento induzido a partir do dinamismo tecnológico de determinadas aglomerações produtivas. Dentre os exemplos mais conhecidos deste tipo de estudo encontram-se os Distritos Industriais, na

² Para Marshall a análise do funcionamento do sistema de mercado, para a determinação dos preços, começava com o estudo do comportamento dos produtores e dos consumidores, pois esta era a chave para analisar a determinação dos preços de mercado.

chamada Terceira Itália, o Vale do Silício, na Califórnia, ou a região de Baden-Wurtemberg, na Alemanha. Tais aglomerações tiveram êxito reavivando o papel ativo das aglomerações locais, como promotoras da gestão organizacional produtiva e sendo local de enraizamento do aprendizado tecnológico. (CAMPOS, 2001, p.2).

Este tipo de aglomeração, segundo Lastres & Cassiolato (2005, p. 2) é definido como Arranjo Produtivo Local (APL) “caracterizados como um conjunto de atores econômicos, políticos e sociais, localizados em um mesmo território, desenvolvendo atividades econômicas correlatas e que apresentam vínculos de produção, interação, cooperação e aprendizagem”.

Neste contexto, os APLs, para Lastres & Cassiolato (2005 p. 3)

Em geral, são compostos por empresas produtoras de bens e serviços finais, fornecedoras de equipamentos e outros insumos, prestadoras de serviços, comercializadoras, clientes, entre outras, cooperativas, associações e representações e demais organizações voltadas à formação e treinamento de recursos humanos, informação, pesquisa, desenvolvimento e engenharia, promoção e financiamento.

Empresas de todos os tamanhos podem articular-se em APLs e os ganhos oriundos dessa relação aumentam suas chances de sobrevivência e crescimento, gerando vantagens competitivas consistentes (CAMPOS, 2001, p.02).

Para Campos as vantagens competitivas e inovativas são auferidas em virtude da proximidade territorial dessas empresas, segundo o autor, refletindo num conjunto relativamente consensual de argumentos que engloba quatro fatores (CAMPOS, 2001 p.02). O primeiro fator, a disputa econômica e a evolução tecnológica das empresas voltam-se às aglomerações produtivas locais.

No segundo fator, Campos (2001, p.02) enxerga o território como um local de conhecimento, onde valores comuns ajudam a alcançar o sucesso dos processos de aprendizado interativo e buscam diminuir os custos de operação entre empresas. Desta forma, paralelamente, o aprendizado interativo é descrito como a mais importante ferramenta para o desenvolvimento social, tecnológico e econômico, o fato das empresas estarem próximas geram constantes trocas de

conhecimentos tácitos. Aí a importância de prestarmos atenção especial ao fato dessa pesquisa centrar-se em comunidades indígenas.

O terceiro fator, ainda que as empresas continuassem como elemento principal de análise da dinâmica inovativa, seriam reconhecidas como entidades, cujo processo de conhecimento encontra-se vinculado ao âmbito institucional. Portanto, a dimensão institucional, definida como o agrupamento de normas sob a qual sistemas locais de produção são estruturados, evidencia a dificuldade de compreender a inovação e a competitividade local. Com isso, o estudo da participação desempenhada por modelos institucionais, não poderia estar desagregada do arcabouço de governança, que limitam o alvo da ação de agentes locais e externos nas aglomerações produtivas.

O quarto fator está relacionado com o ponto de convergência entre as cooperações, que remetem ao empenho de compreender a dinâmica da inovação no contexto local e regional, partindo de uma estrutura dinâmica. Assim sendo, nota-se nos diversos debates acerca do tema, o intuito em focar o curso do desenvolvimento, ao invés de se focalizar no estudo dos elementos estruturais de aglomerações produtivas. Neste contexto, há grande aceitação de que estes elementos e suas interações predispõem-se a modificar no decorrer da evolução dessas aglomerações produtivas.

Esses fatores mostram, em síntese, a importância das aglomerações para a competitividade e para o desenvolvimento de processos de aprendizagem interativos e localizados, bem como as especificidades que assumem contextos sociais, fortalecidos pelo saber local/tradicional, formando um arranjo produtivo sócio-cultural, pautado nas relações econômicas entre os índios e destes com os consumidores de seus produtos nas cidades. Nesta trajetória de desenvolvimento, tais fatores devem balizar a análise dos espaços nos quais interagem os grupos étnicos envolvidos.

Outro importante elemento que compõe as novas formas de organização dos Arranjos Produtivos Locais é a inovação. Vale destacar que na nova economia ressalta o *papel da inovação*, entendida em suas dimensões: tecnológicas, organizacional, institucional e social, como fator estratégico de

sobrevivência e competitividade para as empresas e demais organizações. Assim, temos que o *conhecimento tácito*³ é fundamental na dinâmica inovativa, devido a suas peculiaridades, sendo compartilhado pela *interação humana*, nas relações entre pessoas ou empresas em locais com dinâmica própria, podendo gerar uma “*inovação localizada*” e limitada ao contexto dos atores envolvidos (LASTRES, 1999 p.132). A inovação trazida pelo comércio Terena traduz-se em produtos com forte apelo ecológico, social e de baixíssima oferta no comércio local. Com isso praticamente inexiste concorrência para seus produtos.

Para Lastres (2002, p.02), as formas organizacionais que centralizam seus esforços na interação e na atuação conjunta dos diversos agentes, como rede sistêmica, arranjos e sistemas produtivos e inovativos, mostram-se como os mais apropriados para desenvolver a geração, aquisição e difusão de conhecimento e inovações. A capilarização das várias espécies de redes consiste na principal forma de inovação organizacional.

Lastres e Cassiolato (2006, p.03) demonstram a importância dos novos modelos organizacionais:

Os novos modelos organizacionais assumem importância por favorecerem os processos de aprendizagem coletiva, cooperação e a dinâmica inovativa. Por um lado, ressalta a tendência à maior integração das diferentes funções e unidades de uma mesma organização. Por outro, observam-se novos padrões de cooperação e competição entre os diversos atores políticos, sociais e econômicos. A interligação de empresas produtoras, fornecedoras, comercializadoras e prestadoras de serviços e destas com outras instituições requerem, também, equipamentos e metodologias operacionais inovadoras e, nesse sentido, são crescentemente dependentes de informação e conhecimento.

Segundo Lastres & Cassiolato (2004, p.01) o APL indicaria como pressuposto básico que a aglomeração de empresas da mesma atividade em determinado local poderia ser potencializada se houvesse um espírito de cooperação, direcionado pela governança das atividades e instituições apoiadoras em termos de crédito e inovação para o desenvolvimento daqueles produtores. A isso se denominou arranjo produtivo local, que poderia migrar para um sistema de

³ Conhecimento tácito é aquele que o indivíduo adquiriu ao longo da vida, que está na cabeça das pessoas. Geralmente é difícil de ser formalizado ou explicado a outra pessoa, pois é subjetivo e inerente as habilidades de uma pessoa.

produção local. No arranjo produtivo socio-cultural a figura das empresas é trocada pelos núcleos familiares indígenas que interagem entre si em prol do desenvolvimento coletivo, pois a cooperação traz ganhos de escala, tais como otimização dos custos de transporte e centralização do local de oferta que tornou-se conhecido pela população das cidades onde os produtos são comercializados.

Dessa forma o posicionamento competitivo está atrelado à questão da governança das relações entre as empresas. Vale ressaltar que o arranjo é uma etapa da cadeia de valor e a apropriação de valor nela feita depende de sua capacidade de negociação com os demais elos da cadeia à montante (fornecedores) e à jusante (clientes).

Por outro lado, Stavenhagem (1984) propõe que o papel da governança no trato das comunidades indígenas deve deixar o modelo marcadamente assistencialista de políticas públicas e reestruturá-lo levando em conta os novos movimentos sociais indígenas que reivindicam o reconhecimento de seus valores culturais e a revalidação da posição de índio na estrutura social do país.

Dessa forma, para as empresas, a governança deve ser orientada a aumentar a participação do arranjo na cadeia de valor, garantida a partir da capacidade de competição internacional em termos de custo e produtividade, e, principalmente, em termos de diferenciação de produto e da agregação de valor. Já para as comunidades tradicionais a orientação governamental deve ser a de garantir um desenvolvimento participativo de tal forma que o desenvolvimento floresça dentro da comunidade e para a comunidade.

Os debates em torno dos APL's no Brasil iniciaram-se com pesquisadores da UFRJ⁴ e tiveram por base os distritos industriais, os quais posteriormente foram adaptados ao contexto brasileiro. O Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE) adotou esse modelo a partir do redirecionamento estratégico 2003/2005.

A organização dos Arranjos Produtivos Locais iniciou-se a partir da estruturação das unidades produtivas, em geral familiares. Aproveitando-se a

⁴ UFRJ: Universidade Federal do Rio de Janeiro

proximidade e concentração territorial, essa dinâmica produtiva tem levado ao desenvolvimento dos APL's com certo grau de especialidade.

Dentre os objetivos almejados pelos Arranjos Produtivos Locais está a busca do aumento de produção, através do uso de tecnologia e pesquisa, para solucionar problemas de ordem econômica e social, com o intuito de melhorar a qualidade de vida da comunidade.

As vantagens competitivas trazidas pela transformação das aglomerações produtivas de pequenas empresas em APL podem ser vistas pelo ganho na economia de escala, pela melhoria na capacidade inovativa e gerencial, capacidade de buscar mercados externos, maior cooperação do poder público, maior potencial de atração de investimentos, além de desenvolver produtos com maior qualidade.

Desta forma, torna-se, então, necessário o estabelecimento de novas formas de organização e de ação junto aos pequenos negócios, de forma a superar as deficiências originadas do porte e do isolamento das micro e pequenas empresas brasileiras.

Para Lastres e Cassiolato (2003, p.06), o APL:

Auxilia na superação de problemas onde as abordagens tradicionais não mostram-se suficientes e adequadas, visto que ele não focaliza apenas as unidades produtivas individuais ou apenas a abordagem setorial ou de cadeias produtivas, porque se considera que é importante levar em conta as especificidades locais das diferentes atividades, já que as dinâmicas dos produtores variam muito de acordo com a localização.

Não basta apenas a proximidade territorial para o sucesso do Arranjo 'Produtivo para ser competitivo, não pode restringir-se a um único setor. Ele tem que estar integrado ao longo da cadeia produtiva e, de acordo com Lastres e Cassiolato (2003, p.06), "tem que incluir *design*, controle de qualidade e atividades relativas ao *marketing* e à comercialização, além de uma série de atividades ligadas à geração, aquisição e difusão de conhecimentos".

O termo de referência em arranjos produtivos do SEBRAE (2003, p.15) relata que:

Ao estimular processos locais de desenvolvimento é preciso ter em mente que qualquer ação nesse sentido deve permitir a conexão do arranjo com os mercados, a sustentabilidade por meio de um padrão de organização que se mantenha ao longo do tempo, a promoção de um ambiente de inclusão de micro e pequenos negócios em um mercado com distribuição de riquezas, e a elevação do capital social por meio da promoção e a cooperação entre os atores do território.

O APL deve se tornar sustentável ao longo do tempo, criando bases sólidas de competitividade e contribuindo para promoção social. São direcionados para promover o desenvolvimento regional, através do fortalecimento dos diversos agentes locais que compõem a matriz produtiva, reunindo características comuns e cooperando entre si para geração e renda na comunidade, ao contrário das grandes empresas, que convergem para os mercados mundiais e não possuem qualquer interesse no desenvolvimento social daquele território.

De acordo com Lastres e Szapiro (*Apud* DULTRA, 2006, p. 03):

Os arranjos produtivos devem ser realizados numa articulação ampla dentro dos interesses e prioridades nacionais, regionais e locais, no sentido de buscar soluções que erradiquem a fome e assegurem a inclusão dos grupamentos sociais excluídos do processo de evolução da sociedade e do mercado, gerando desenvolvimento econômico e social.

Em se tratando de comunidades indígenas, em especial a Terena, devemos compreender se as relações produtivas e comerciais formariam um arranjo produtivo, identificando qual seria o principal gerador de renda dessas comunidades. A articulação promovida pela comunidade dará os rumos do APL, promovendo o fortalecimento cultural. Pelo fato de tratarmos de comunidade indígena, precisaremos acrescentar novos fatores, para assim concluirmos ou não, se este grupo social está integrado em um arranjo produtivo, assim como o contexto social e cultural da comunidade Terena em relação ao possível APL.

Mesmo que ainda sejam importantes ao desenvolvimento local, os recursos estrangeiros não mais são suficientes para formarem uma base sólida ao mesmo (ALBUQUERQUE *Apud* SOUZA FILHO, 2002). Este fato tem gerado alterações de atitude em prol de um enfoque que demonstre as iniciativas e possibilidades de desenvolvimento local endógeno, sem favorecer apenas a atração de investimentos externos (SOUZA FILHO, 2002).

O modelo atual possui como característica a reduzida capacidade de alavancar o desenvolvimento humano e de elevar a qualidade de vida da população. Através deste modelo, a aproximação das características e circunstâncias sólidas dos diversos espaços, locais e regiões torna-se possível. Com isto, a elaboração de políticas e a utilização de instrumentos de fomento produtivo tornam-se mais viáveis, considerando fatores culturais associados ao perfil característico de cada comunidade ou região (SOUZA FILHO, 2002).

1.1 CONCEPÇÕES ACERCA DE DESENVOLVIMENTO ENDÓGENO, SUSTENTÁVEL E LOCAL.

A variação do crescimento econômico e social das diversas regiões começou a ser debatida sob duas correntes: a do desenvolvimento sustentável e a do desenvolvimento endógeno. O desenvolvimento sustentável relaciona-se principalmente com os aspectos ambientais e a preservação do desenvolvimento para as gerações futuras, enquanto que o desenvolvimento endógeno é baseado em políticas de qualificação e desenvolvimento das organizações internas, com o objetivo de promover o potencial endógeno e, assim, dinamizar a sociedade e o desenvolvimento regional, proporcionando condições tanto econômicas quanto sociais para a criação de novas matrizes produtivas (AMARAL FILHO, 1996).

O conceito de desenvolvimento sustentável focaliza-se em um determinado território e nas relações de todos os elementos deste território com sua população e meio ambiente. Isto permite que princípios como planejamento ascendente, perspectivas de mercado e autonomia e participação da comunidade local sejam adotados, objetivando melhorar as condições de vida dessa comunidade. Esta definição engloba varias questões, sendo que as principais são a ambiental, a econômica, a social e a político-institucional, referindo-se, respectivamente, à sustentabilidade, à competitividade, à equidade e à governabilidade (SOUZA FILHO, 2002).

Na década de 1970 surgiu o desenvolvimento endógeno, quando as idéias de desenvolvimento ascendente (de baixo para cima) ganharam destaque. A partir de então, essa proposta progrediu contando com os novos enfoques direcionados aos problemas dos desequilíbrios regionais. Na década de 1990, o

modelo de desenvolvimento endógeno tinha como ponto relevante o conhecimento dos motivos das desigualdades entre regiões e nações (SOUZA FILHO, 2002).

Portanto, o papel da teoria endogenista estaria ligado à investigação de como empresas e fatores de produção, como capital social, capital humano e capital imaterial poderiam ser geridos a partir do local e não mais de fora para dentro, como pregava o modelo dos anos 60 e 70 (BARQUERO, 2002). Desta maneira, temos que a localidade que agregue tais fatores em consonância com a gestão local tem maiores chances de expansão.

Para Barquero (*Apud* MORAES, 2009, p 01):

A capacidade das sociedades locais liderarem e conduzirem os seus próprios destinos, mobilizando e aproveitando os fatores produtivos locais, atuais e potenciais, é que irão determinar o grau de desenvolvimento endógeno de cada território. Neste modelo podem ser identificadas as dimensões econômica, social, ambiental, política e cultural, com os valores e as instituições locais servindo de base para o desenvolvimento da região.

Reforçando a teoria da endogeneização estão os conceitos de desenvolvimento Local, sob a ótica inovadora dos trabalhos de Ávila (2000). Em primeira instância destaca-se a importância da distinção entre desenvolvimento no local e para o local, para que o conceito de desenvolvimento local possa ser compreendido.

Segundo Ávila (2000), desenvolvimento no local refere-se àquele desenvolvimento que usufrui do espaço de uma comunidade, sem que esta seja seu foco principal. Este desenvolvimento permanece neste espaço enquanto lhe são garantidos lucros e vantagens. Quando isso deixa de ocorrer, o local é abandonado, deixando sua comunidade frustrada graças à dependência que se criou, bem como, algumas vezes, problemas ambientais, de saúde, entre outros.

Porém, este tipo de desenvolvimento é importante “para que se criem bases econômicas para o Desenvolvimento Local propriamente dito”, desde que a comunidade - localidade esteja ciente de suas consequências, por possuir caráter efêmero e que, muitas vezes, seus benefícios trarão encargos sobre os quais a

comunidade – localidade não terá como arcar, como por exemplo, a geração de impostos, sendo ela mesma obrigada a retirar-se de seu próprio espaço físico.

Explica o autor que o Desenvolvimento Para o Local é aquele que, além de ocupar o espaço físico, também se volta para o benefício da comunidade – localidade desde e enquanto isso lhe dê o retorno desejado (“à maneira bumerangue”), ou seja, foca a comunidade, mas o objetivo final é sempre voltado “às instâncias promotoras”. Este é o tipo de desenvolvimento que nem sempre enraíza-se na comunidade quando deixa de atuar sobre ela.

Para Martins (2002, p.07) o desenvolvimento local é um desafio para a reconstrução da dignidade da pessoa humana:

Enfrentar o desafio da sustentabilidade supõe pensar e agir territorialmente, por uma perspectiva sistêmica e multiescalar, a fim de, sobretudo, resgatar e restabelecer a dignidade a todos os seres humanos e solucionar problemas básicos à existência humana.

Entende-se, então, que a atuação da comunidade em conjunto seja com o Governo, empresas privadas ou entidades filantrópicas na implementação do Desenvolvimento Para o Local, o qual é, hoje, o tipo de desenvolvimento mais implantado nas comunidades, para que ele não se torne assistencialista para as comunidades carentes ou capitalista explorador para comunidades de nível sócio - econômico mais elevado. As comunidades devem converter o Desenvolvimento Para o Local em Desenvolvimento Local através do “assistencialismo conversível em assistência”, com o auxílio de Agentes de Desenvolvimento Local, e “não simplesmente aceitar o Desenvolvimento Para o Local como assistencialismo perverso, o qual pode ser demagógico ou colonizante, o qual cria dependência das comunidades aos agentes ou agências externas sem que lhe traga benefícios” (ÁVILA, 2000).

Ávila (2000, p. 68) ainda define desenvolvimento local como “o efetivo desabrochamento – a partir do rompimento de amarras que prendem as pessoas em seus status quo de vida das capacidades, competências e habilidades de uma comunidade definida, com objetivos comuns e determinado território definido”. Portanto, o desenvolvimento deve partir da comunidade, ou seja, de dentro para fora, e a comunidade deve ser o ator principal de tal transformação, alinhando

seus interesse e suas reais necessidades, ao rumo do desenvolvimento. Para Ávila (2000, p. 71) são características do desenvolvimento local, “endogeneidade em duplo sentido, de fora-para-dentro e de dentro para fora; é democratizante e democratizador; é integrante e integrador”.

Kashimoto, Marinho e Russeff (2002, p.41) trazem novos elementos sobre a definição de desenvolvimento local:

(...) conjunto de pré-condições para seu crescimento com vistas à manutenção da identidade local. A criatividade, fruto da interlocução interna à comunidade, instrumentaliza o desenvolvimento de projetos adequados às condições sócio-culturais locais. Em conjunto estudos técnicos-científicos e projetos de longa duração somam-se ao saber empírico local, e tornam efetivo e producente o conhecimento sobre o lugar. A afirmação da identidade cultural é imprescindível ao fortalecimento da comunidade em seu ambiente, possibilitando-lhe a escolha de melhores soluções e, consequentemente, a condução do processo de desenvolvimento local.

Para Sem (*Apud* NASCIMENTO, 2008, p.45) desenvolvimento e liberdade estão intrinsecamente ligados:

O desenvolvimento requer que se removam as principais fontes de privação de liberdade: pobreza e tirania, carência de oportunidades econômicas e destituição social sistemática, negligencia dos serviços públicos e intolerância ou interferência excessiva de estados repressivos. A despeito de aumentos sem precedentes na opulência global, o mundo atual nega liberdades elementares a um grande numero de pessoas – talvez até mesmo a maioria. Às vezes a ausência de liberdades substantivas relaciona-se diretamente com a pobreza econômica, que rouba das pessoas a liberdade de saciar a fome, de obter uma nutrição satisfatória ou remédios para doenças tratáveis, a oportunidade de vestir-se ou morar de modo apropriado, de ter acesso a água tratada ou saneamento básico. Em outros casos, a privação de liberdade vincula-se estreitamente á carência de programas epidemiológicos, de um sistema bem planejado de assistência médica e educação ou de instituições eficazes para a manutenção da paz e da ordem locais. Em outros casos, a violação da liberdade resulta diretamente de uma negação de liberdades políticas e civis por regimes autoritários e de restrições impostas à liberdade de participar da vida social, política e econômica da comunidade.

Entendemos que o desenvolvimento não é descentralizado, ou anti-governança e sim um desenvolvimento centrado na comunidade ou localidade.

Ao comparar a experiência do desenvolvimento local ao alpinismo, Ávila (2003, p.28) traz um conceito inovador:

O Alpinista tem toda uma preparação para uma escalada contando com forte aparato técnico, logístico e tecnológico, mas ao distanciar-se do solo, o resultado positivo dependerá exclusivamente dele mesmo e de seu esforço para alcançar o topo da montanha, ele pode até contar com apoio a distância por rádio da equipe, mas apenas ele poderá atingir e promover o resultado esperado.

Portanto, é assim que deve se portar a comunidade. Não adiantaria toda intervenção governamental, toda pesquisa tecnológica se os “alpinistas” não tomarem a iniciativa de modificarem a situação em que se encontram. Portanto, o apoio logístico seriam os agentes externos, atuando como pedagogos, tendo a preocupação de ensinar a comunidade a pescar e não dar o peixe, os rumos devem ser traçados no decorrer da caminhada e ter como objetivo a auto-emancipação da comunidade.

Ávila defende que o desenvolvimento local para os brasileiros dependeria de outros elementos, que não somente o desenvolvimento econômico (ÁVILA, 2001, p. 21-22.):

A qualquer brasileiro consciente não resta a menor dúvida de que o país cresceu materialmente, e muito, nestas últimas décadas, mas de fato não se desenvolveu humana, cultural e socialmente, (...). Esse crescimento sem desenvolvimento propriamente dito se deve a que até o presente nossos governantes, sobretudo nas alçadas federal e estaduais, mostram-se desinteressados e/ou incapazes de se interagirem com o povo, através das próprias maneiras básicas de ele se organizar, no sentido de criarem e dinamizarem canais de liderança, mobilização e equilíbrio social, tendo em vista que, a par e com a ajuda de insumos captados do exterior, a população se motive e capacite – a partir de suas micro-sociedades, de seus círculos de relações comunitárias, bem como de seus lares, locais de trabalho e até do âmbito educativo-cultural de suas dimensões pessoais – a irromper o desenvolvimento de dentro para fora.

Para a comunidade tornar-se agente de seu próprio desenvolvimento deverá atentar para a programação de trabalho estrategicamente integrado, envolvimento da população local em ciclos de trabalho comunitário-cooperativo, compreendendo o diagnóstico, definição, programação, ação, avaliação, celebração e abertura de novos ciclos (ÁVILA, 2000).

Ratificando os conceitos de Ávila (2000), o desenvolvimento territorial endógeno tem como objetivo criar um modelo de desenvolvimento participativo, no qual o papel ativo dos membros da comunidade deverá ser pautado na equidade social e sustentabilidade ambiental, levando-se em conta as vocações produtivas locais. Converge para um desenvolvimento mais integrado. Portanto, o desenvolvimento das comunidades indígenas deverá fundar-se nos conceitos de etnodesenvolvimento, onde as instâncias gestoras de desenvolvimento para a comunidade deverão ser os índios e não somente para os índios.

Partindo do pressuposto que o desenvolvimento local é um modelo estruturado “de baixo para cima” e de “dentro para fora” (endógeno), temos a conceituação de Martinelli e Joyal (2004, p.69):

O desenvolvimento endógeno resgata a política no âmbito local, restabelecendo o conceito de governança, em que é possível para as comunidades reconhecer suas capacidades, bem como as de suas pequenas e médias empresas em geral, que produzem preferencialmente para mercados locais sem deixar de interagir com as economias regionais. Pode-se pensar no desenvolvimento endógeno como uma forma eficaz de mobilizar recursos locais para recriar um entorno institucional, político e cultural, que fomente atividades produtivas e de geração de empregos em nível local, aproveitando as vantagens competitivas da integração dos mercados e dos circuitos regionais.

Após os conceitos, análises e reflexões sobre desenvolvimento local, entendemos que as iniciativas solidário-cooperativas constituem a espinha motriz deste processo, pois cria um ânimo para impulsionar a mobilização, organização e ação dentro da comunidade, onde os interesses comuns criam elos de efetiva e afetiva cooperação.

Somando-se aos conceitos de desenvolvimento local, introduzimos a importância dos aspectos culturais na caracterização de determinados arranjos produtivos locais, uma vez que quando tratamos de comunidades tradicionais novos valores são incorporados. Segundo Stavenhagen (1984, *Apud AZANHA, 2000*), etnodesenvolvimento seria o desenvolvimento que conserva as particularidades sócio-culturais de uma comunidade. Nesse contexto, o sentido de desenvolvimento não tem os mesmos elementos caracterizadores dos indicadores de progresso: PIB, renda per capita, mortalidade infantil, nível de escolaridade, entre outros. Complementando a definição, o etnodesenvolvimento

significa que uma etnia autóctone, tribal ou outra, detendo o controle sobre seu território, seus recursos, sua organização social e sua cultura, estaria, por conseguinte, livre para negociar com o estado o estabelecimento de relações conforme seus interesses.

1.2 DEFINIÇÕES DE ETNODESENVOLVIMENTO E INDIGENISMO PARTICIPATIVO E SUA APLICABILIDADE A COMUNIDADE TERENA

Segundo Batalla (1985, Apud VERDUM, 2006 p.72), a comunidade indígena deve gerir seu desenvolvimento em harmonia com seus valores sociais, culturais e históricos:

A idéia de desenvolvimento voltado para comunidades indígenas está ligada ao “exercício da capacidade social” dos povos indígenas para construir seu futuro, em consonância com suas experiências históricas e com os recursos reais e potenciais de sua cultura, de acordo com projetos definidos, segundo seus próprios valores e aspirações. Ou seja, o desenvolvimento local em comunidades tradicionais pressupõe existirem as condições necessárias para que a capacidade autônoma de uma sociedade culturalmente diferenciada possa se manifestar, definindo e guiando seu desenvolvimento.

Para isso é importante que as comunidades Terena conduzam a gestão do seu desenvolvimento, garantindo-lhes a escolha de formar seus profissionais (arquitetos, professores, médicos, etc.) e organizar e gerenciar as entidades político-responsáveis pela gestão dos seus territórios. Para Batalla (Apud VERDUM, 2006, p. 73), o que diferenciaria o etnodesenvolvimento do denominado indigenismo participativo – que se define como uma política com os índios, e não para os índios – é que no etnodesenvolvimento não se leva em conta somente a opinião e as aspirações dos indígenas, admitindo eventualmente sua participação.

Sobre o etnodesenvolvimento escreve Batalla (Apud VERDUM, 2006, p. 73):

São os indígenas – e unicamente eles – que devem tomar em mãos as rédeas de seu destino histórico. Em termos conceituais, portanto, o etnodesenvolvimento propõe ser uma alternativa a teoria desenvolvimentista que por diferentes razões tomam as sociedades indígenas e as comunidades tradicionais em geral como obstáculo ao “desenvolvimento”, à “modernização” e ao

“progresso” quanto às tendências indigenistas que no contexto mexicano se auto-identificam com o rótulo de “indigenismo participativo”.

Com os conceitos de etnodesenvolvimento evidenciados acima, concluímos que os Terena devem promover seu desenvolvimento, agregando ou excluindo fatores que sejam relevantes para eles como: calendário agrícola, a escolha dos vegetais que fazem parte da sua dieta alimentar, o transporte para comercialização, entre outros. Tratando em especial da principal atividade produtiva dos Terena, o comércio dos produtos oriundos da agricultura e do extrativismo, nota-se que o comércio nas feiras é muito mais que mero fator de incremento de valor ao produto. Uma vez que o comércio é a atividade produtiva com o maior grau de relacionamento entre pessoas, para vender não basta ter o bem, mas sim gerar o desejo de compra no consumidor. Esse desejo nasce com a intensa relação negocial entre as partes. Essa facilidade em produzir relações com os não índios é antiga entre os Terena. Não podemos a priori analisar o desenvolvimento local da comunidade Terena, apenas sob a ótica econômica, influenciada pelo atual sistema econômico.

Outro fator que devemos levar em conta é como a produção se relaciona com a demanda no comércio Terena. Sabemos que a maximização do lucro é o objetivo imediato dos empresários e um dos fatores que levam a essa maximização do lucro é o aumento da produção em conjunto com a elevação das vendas ou agregando mais valor a cada unidade produzida. Para o antropólogo Gilberto Azanha (2005), dentro da organização social Terena, a acumulação e a ambição não são bem vistas, sendo reprovadas pela comunidade. Portanto, quando falamos em desenvolvimento local das comunidades Terena, tais elementos devem ser destacados.

Como já visto, os Arranjos Produtivos Locais (APL's) são caracterizados como um conjunto de atores econômicos, políticos e sociais, localizados em um mesmo território, desenvolvendo atividades econômicas correlatas e que apresentam vínculos de produção, interação, cooperação e aprendizagem. As vantagens trazidas pela aglomeração podem ser verificadas na feira do mercado municipal em Campo Grande, onde os Terena realizam o comércio dos produtos trazidos das aldeias. Essa vantagem é mais nítida na

distribuição e comercialização. O fato dos Terena estarem em um mesmo ponto da cidade os tornam referência, ou seja, o consumidor quando tem desejo de comprar produtos como pequi, guariroba e feijão andú, não precisa ir até a aldeia, basta ir ao local de concentração Terena. Pelo lado da distribuição, existe uma cooperação no transporte desses produtos, possível devido à concentração do polo de produção, no caso, as aldeias Terena. Essa cooperação gera redução de custos, outro objetivo e elemento constituinte do APL.

A inovação ou diferencial produtivo é outro elemento caracterizador dos APL's. Trazendo para o caso Terena, vimos que esse diferencial está na forma de cultivo com baixa utilização de agrotóxicos, na matriz de plantio com itens de pouca ou nenhuma oferta no comércio local e principalmente pelo apelo social e ecológico dos produtos do extrativismo. Outro fator caracterizador dos APL's está relacionado com o conhecimento tácito, para o sucesso do APL deve estar enraizado na comunidade.

Apesar de verificarmos que os principais elementos caracterizadores dos APL's podem ser aplicados ao comércio Terena, ainda não podemos afirmar sua existência. No entanto, é preciso analisar as relações dos agentes ao longo da cadeia de produção e distribuição, que será feito no terceiro capítulo. Entretanto, podemos nesse momento apenas concluir que seria mais apropriado falar em arranjo produtivo sócio-cultural, por tratar de peculiaridades de uma comunidade tradicional.

2 TERENA: CULTURA, IDENTIDADE E TERRITORIALIZAÇÃO

Segundo Mangolim (1993), os Terena integram o tronco lingüístico Aruak, incluindo neste os Laiana e Kinikinaw. A disposição territorial dos Aruak situava-se nas Antilhas, no norte do Brasil, no interior da América do Sul, nas planícies Colombianas e Venezuelanas, chegando à parte do Equador.

O nome Aruak vem de povos que habitam principalmente as Guianas, região próxima ao norte do Brasil e algumas ilhas da América central, região das Antilhas. Com o domínio europeu na região, os Aruak precisaram dividir e disputar o mesmo território com os Karib. A região do Caribe recebeu esse nome em virtude desse povo indígena. O nome Aruak foi utilizado pelos europeus para as línguas encontradas no continente sul-americano (BITTENCOURT; LADEIRA, 2000, p.12).

Segundo Bittencourt e Ladeira para docentes da comunidade Terena da Aldeia Cachoeirinha no estado de Mato Grosso do Sul, a origem de seu povo é descrita no relato abaixo:

Havia um homem chamado Oreka Yuvakae. Este homem ninguém sabia da sua origem, não tinha pai nem mãe, era um homem que não era conhecido de ninguém. Ele andava caminhando no mundo. Andando num caminho, ouviu um grito de passarinho olhando como que com medo para o chão. Este passarinho era o bem-te-vi.

Este homem, por curiosidade, começou a chegar perto. Viu um feixe de capim, e embaixo era um buraco e nele havia uma multidão, eram os povos terena. Estes homens não se comunicavam e ficavam trêmulos. Aí Oreka Yuvakae, segurando em suas mãos os tirou todos do buraco.

Oreka Yuvakae, preocupado, queria comunicar-se com eles e ele não conseguia. Pensando, ele resolveu convocar vários animais para tentar fazer essas pessoas falarem e ele não conseguia.

Finalmente ele convidou um sapo para faze apresentação na sua frente, o sapo teve sucesso, pois todos esses povos deram gargalhados, a partir daí eles começaram a se comunicar e

falaram para Oreka Yuvakae que estavam com muito frio (BITTENCOURT; LADEIRA, 2000, p.22).

Para Cardoso (2004), a territorialização Aruak no Mato Grosso do Sul se deu pela transposição do rio Negro, corredor que estes povos percorreram até chegar ao estado. Sua vocação agrícola fazia que os Aruak buscassem rotas ao sul do continente, sempre sondando melhores terras para sua sobrevivência. Desta forma, os Aruak disseminaram-se pelo país. Encontramos nações da família Aruak, como os Pareci e Salumã ou Enauenê-Nauê, no Mato Grosso; Mehinaku, Waurá e Yawalapiti, no parque do Xingu, também, naquele estado. No Acre, sudoeste do Amazonas e regiões do alto Juruá vivem os Kampa. Ao norte do Amazonas, região do rio Içana, os Warekéna, os Tariâna e os Baré. No alto Rio Negro vivem os Mandawáka e os Yabaána, da região dos rios Canabori e Padaviri e, em Roraima, ao norte de Boa Vista, os Wapixana.

Para Vargas (2003, p.41-45), a territorialização dos Terena em Mato Grosso do Sul iniciou-se com a travessia dos Aruak do Chaco Paraguai. Cita que os Terena e os Quiniquinawa formavam uma população indígena conhecida como Guaná, habitantes do Chaco Paraguai, de onde teriam emigrado para o Brasil atravessando o rio Paraguai, em etapas diversas, a partir da segunda metade do século XVIII, instalando-se na região banhada pelos rios Miranda e Aquidauana.

Para Cardoso (2004, p.16), o deslocamento Terena para o Mato Grosso do Sul ocorreu antes da guerra do Paraguai, como pode ser visto no relato abaixo:

Um grupo chegou antes da guerra do Paraguai, como se pode comprovar pela presença indígena na região conhecida como Cabeceira do Onça, distante 21 quilômetros do que é hoje a cidade de Aquidauana. Ali residia o indígena Manuel Lutuma Dias, bisavô de Isac Pereira Dias que, por mais de vinte anos, foi o cacique da comunidade Limão Verde, segundo a linhagem hereditária. Era irmã de Lutuma, uma índia de nome Malvina, esposada por João Dias, cujo nome é o mesmo do córrego que nasce na atual aldeia Limão Verde, afluente do rio Aquidauana. Este riacho é bastante citado por Visconde de Taunay (1931), que fazia parte da legião do exército brasileiro, que veio para guerra do Paraguai. São freqüentes as afirmações de Taunay que, ao passar pela região dos morros (referindo-se à Serra de Maracaju), tinha encontrado índios Terena.

Com o advento da guerra houve deslocamentos internos, com o intuito de refugiarem-se do conflito. Os Terena fixaram-se na região dos morros entre os rios Aquidauana e Miranda.

Um segundo grupo se deslocou para região entre os rios Aquidauana e Miranda, mais propriamente na região dos morros, fugindo da guerra. Ali era um lugar seguro. Às vezes vários grupos estavam na região e não se conheciam. O fato é que a Guerra do Paraguai resultou num aumento considerável da população indígena nesta região, pois, com o advento desta e com a ocupação da região do rio Aquidauana pelas tropas Paraguaias, os índios Terena começaram a se refugiar nos morros existentes entre Taboco e a cidade de Aquidauana. Independente dos costumes indígenas sabe-se que, durante a guerra, a intenção da população era se afastar do perigo e a região dos morros era mais segura, uma vez que era mais difícil para o inimigo chegar lá (CARDOSO, 2004, p.16).

Um segundo movimento interno, segundo Oliveira (*Apud* CARDOSO, 2004, p.16), ocorreu com as reserva já demarcadas.

Com as reservas já constituídas na região, um terceiro grupo foi chegando mais tarde, passando de fazenda em fazenda, uma vez que a ocupação não indígena já havia acontecido e, muitas vezes, os índios tornavam-se mão-de-obra barata para os novos senhores. A notícia da reserva indígena, sob a custódia do Serviço de Proteção aos Índios, com determinados atrativos, motivou esse tipo de reagrupamento indígena, interrompendo o freqüente deslocamento de um lugar para outro, motivado pelo instinto natural de sobrevivência e pela busca de melhores terras para a subsistência.

2.1 LOCALIZAÇÃO E POPULAÇÃO

A população Terena em Mato Grosso do Sul está estimada em 23.649 pessoas (FUNASA, 2010), povo de língua Aruak, seu território atualmente é descontínuo e fragmentado em pequenas porções de terras cercadas por fazendas de gado. No Mato Grosso do Sul, os Terenas estão localizados em oito cidades: Miranda, Aquidauana, Anastácio, Dois Irmãos do Buriti, Sidrolândia, Nioaque, Rochedo e Campo Grande. Também há famílias Terena vivendo em Porto Murtinho, em aldeias Kadiwéu, Dourados, em aldeias Guarani e no estado de São Paulo em aldeias em Araribá. Segundo a FUNASA (2010) vivem em Mato

Grosso do Sul cerca de 5.653 famílias. Em Campo Grande existem 2.618 índios residentes (FUNASA, 2010).

Figura 1 - Mapa da aldeia Terena Limão Verde



Fonte: site http://pib.socioambiental.org/cara. php?id_arp=3748 / 2010

Com o advento da guerra do Paraguai, os Terena, com o intuito de resguardar suas terras, lutaram e auxiliaram o exército brasileiro com provisões. Entretanto, a guerra e seus reflexos foram decisivos para a perda de seus territórios.

Foto 1 - Índios Terena fardados.



Fonte: <http://img.socioambiental.org/v/publico/terena/> 2010

O governo brasileiro concedeu patentes militares aos Terena para ganhar sua confiança e, assim, obter a troca de objetos de metais por produtos cultivados pelos índios.

Com o término da guerra do Paraguai, para os Terena iniciou o tempo de servidão, descrito em relatos do povo das aldeias (BITTENCOURT; LADEIRA, 2000, p.78):

Naquela época os Terena se encontravam fora de sua aldeia, trabalhando nas fazendas em condições de quase escravidão. Trabalhavam quase sem remuneração e muitas vezes os fazendeiros simulavam o acerto de contas e diziam, aproveitando-se dos índios: você ainda está devendo, portanto tem que

trabalhar mais um ano. E a cada acerto de contas eles repetiam o mesmo.

Com o intuito de garantir a posse do território, o Estado Brasileiro distribuiu as terras pertencentes aos Terena entre soldados e fazendeiros que se instalavam na região (BITTENCOURT; LADEIRA, 2000). Martins (2002, p.46) faz a seguinte análise sobre os acontecimentos da guerra do Paraguai:

O resultado foi desastroso para essas populações. Sofreram uma redução drástica em seus contingentes, atingida pelos combates ou pelas enfermidades trazidas pelos exércitos adversários. Seu território foi substancialmente loteado entre os remanescentes da guerra que permaneceram na região.

Os Terena contavam que após terem ajudado o governo brasileiro na guerra e livrado as terras dos paraguaios, teriam direito a elas. Porém, não foi o que ocorreu.

O processo de demarcação das terras Terena no Sul de Mato Grosso no pós-guerra gerou grandes conflitos entre índios e fazendeiros. Segundo Vargas (2003, p.58), os Terena, após a guerra do Paraguai, espalharam-se pelo Sul de Mato Grosso. Posteriormente, houve a necessidade por parte do governo federal de estabelecer o espaço territorial que os índios poderiam ocupar, sem o comprometimento do povoamento que se reiniciava na região. Os Terena não aceitavam perder seu antigo território (anterior à guerra) para as fazendas. Com isso organizaram-se e passaram a reivindicar do Governo suas antigas terras. Com o argumento de sua participação ativa no conflito, defendendo os interesses do governo, acreditavam que isso bastaria para assegurar o direito à posse sobre os antigos territórios que ocupavam.

O governo concedeu títulos de capitão para agradar os índios e esses acreditavam que revestidos desses títulos poderiam exigir a posse sobre seus antigos territórios. O governo brasileiro demonstrou interesse de retomar a política de aldeamento na região de Miranda e Aquidauana, interrompida pela guerra.

A primeira demarcação de terra indígena Terena ocorreu em 1905, em Cachoeirinha, na região de Miranda, pelo então Cândido Mariano da Silva Rondon. O início das legalizações de outras terras indígenas no estado concretiza as reivindicações dos Terena. No pós-guerra outras áreas foram demarcadas

como as reservas indígenas de Brejão, Buriti e Limão Verde (VARGAS, 2003, p.59).

Conforme descrito por Vargas (2003, p. 62), na primeira metade do século XIX, o governo brasileiro promulgou várias leis e alvarás que extinguia e formava áreas indígenas, com o intuito de ter um maior controle sobre as pressões reivindicatórias dos índios e dessa forma ocupar, organizar e controlar seus territórios. Através do decreto 426⁵, de 1845, a formação dos territórios indígenas sofreu forte interferência do governo, que agrupava em uma mesma aldeia diferentes sociedades indígenas, sem respeitar suas diferenças culturais, situação negada pelas próprias sociedades. Foram criadas as Diretorias Indígenas que atendiam os interesses do governo e aplicavam o Decreto 426, que serviria de padrão para a formação de novos aldeamentos. Com isso, o governo conseguia acentuar o processo de desterritorialização indígena e promover uma territorialização induzida, onde o índio deixaria de ser dono da terra e passaria a ser dependente do governo, visando não apenas suas terras como também sua mão-de-obra.

A guerra do Paraguai trouxe destruição às aldeias Terena e a ocupação de seus territórios por não índios acelerando ainda mais o processo de desterritorialização promovida e legalizada pelo governo, resultando na dispersão Terena pelas fazendas. No entanto, os Terena não ficaram passivos a estes acontecimentos e reivindicavam seus antigos territórios com o argumento de sua participação ativa no conflito platino.

Assim, foi criado em 1910, o SPILTN – Serviço de Proteção aos Índios e Localização de Trabalhadores Nacionais, com a finalidade de prestar assistência aos índios e o estabelecimento de centros agrícolas, através de doações de terras devolutas. Com isso, o governo brasileiro mantinha o objetivo de definir “o lugar” dos índios. Em 1918 tornou-se apenas SPI agora com o objetivo de exercer o controle das sociedades indígenas, os Terena foram

⁵ O Regulamento das Missões, baixado pelo Decreto nº 426 de 1845, determinava que o Diretor Geral de Índios, nomeado pelo Imperador, deveria “servir de Procurador dos Índios, requerendo ou nomeando Procurador para requerer em nome dos mesmos perante as Justiças e mais Autoridades” (AZANHA, 2001).

transferidos pelo SPI para outras reservas, com a finalidade de incentivar a introdução das práticas agrícolas nessas outras sociedades indígenas (VARGAS, 2003, p.83).

A aldeia de cachoeirinha foi a primeira a ser demarcada pelo governo no então Sul de Mato Grosso, em 1905, com área territorial de 2.658 hectares. O título definitivo só foi expedido em 1965. No entanto, o conflito com fazendeiros ainda é constante. A população de Cachoeirinha, em 1920, era de 228 índios e continuou aumentando (VARGAS, 2003, p.83).

Segundo Vargas (2003, p. 89), a aldeia Ipegue foi demarcada, também, em 1905, em audiência pública onde tomaram ciência todos os interessados, após anos de reivindicações dos Terena. A demarcação da aldeia de Bananal tinha como objetivo a formação de uma colônia, visto as qualidades como agricultores atribuídas aos Terena pelo SPI. Os índios Terena abasteciam com seus produtos Miranda e Aquidauana.

A constituição da aldeia do Limão Verde não possui data precisa, mas seu processo de formação foi igual às demais aldeias que foram criadas no pós-guerra. A fundação da aldeia é atribuída ao índio Terena Manuel Lutuma Dias (nome dado por um fazendeiro para quem trabalhava). As terras de Limão Verde não foram demarcadas por Rondon, como aconteceu com as outras reservas indígenas da região. Houve uma reserva territorial que transformava 2.000 hectares em terras devolutas, mas nada oficializando a condição de reserva indígena Terena. Esse fato desencadeou vários conflitos com os fazendeiros do entorno dessas terras. Só em 1973 o registro das terras foi levado à cartório, mas foram registrados apenas 1.238 hectares (VARGAS, 2003, p.122).

2.2 DIMENSÃO CULTURAL E ORGANIZAÇÃO SOCIAL TERENA

A cosmologia Terena não separa “males do espírito” daqueles que afetam o corpo. Os *koixomuneti* (xamãs) conhecidos também como porongueiros, utilizam seu conhecimento espiritual para cura de enfermidades. Eles promovem

cura por intermédio de um espírito que os auxilia, chamado de koipihapati, e acreditam que o koipihapati descobre a cura e orienta o xamã. (LADEIRA; AZANHA, 2004).

Em maio, na aldeia Cachoeirinha, os xamãs realizam uma festa para agradecer e invocar os koipihapati (espíritos guias) através de cânticos. Na festa, os *koixomuneti* pintam-se e utilizam do porongo (instrumento utilizado para os rituais) e de penas de emas para pedir boa colheita e proteger a aldeia de feitiços. (LADEIRA; AZANHA, 2004).

A mitologia Terena define a origem do seu povo, como oriundo da terra, sendo retirados dela por um herói que lhes ensinou o uso do fogo e como manejá-la para práticas agrícolas. Esse herói possuía duas faces. O que explica o comportamento diferenciado entre os xumonó (gozadores, "bravos") e sukirkionó (sérios, "mansos") (LADEIRA; AZANHA, 2004).

As características físicas do povo Terena são descritas por Visconde de Taunay:

O Terena é ágil e ativo: o seu todo exprime mobilidade [...] e conserva arraigados os usos e tradições de sua raça, graças talvez a um espírito mais firme de liberdade. São mulheres geralmente baixas, têm cara larga, lábios finos, cabelos grossos e compridos [...] e expressão de inteligência. Trazem comumente parte do busto descoberto e uma julata, tanga ou avental de algodão, cinta abaixo dos seios, com uma das pontas passadas entre as coxas e segura à cintura. Raras dentre elas sabem falar o português, todas, porém o comprehendem bem, apesar de fingirem não o entenderem (TAUNAY, 1866 *Apud* BITTENCOURT; LADEIRA, 2000, p. 58-59).

Foto 2 - Cerâmica Terena



Foto 3-4: Manifestação cultural Terena: dança do bate-pau



Foto de: Rogério Rezende (2000)

Foto 5: Manifestação cultural Terena: dança do bate-pau



Foto de: Rogério Rezende (2000)

A organização social dos Terena é assim explicada por Altenfelder (1949). As famílias são extensas e nelas existe uma unidade econômica e cooperativa, onde as tarefas de subsistência são responsabilidades dos homens tais como: preparar as roças para o plantio, limpeza e colheita, atividades guerreiras, confecção de cestarias, além da caça e da pesca. Cabe às mulheres as atividades relativas à confecção de cerâmicas, fiação e cuidados caseiros.

A organização social Terena pode ser compreendida sob três dimensões. São eles: religioso, político e econômico. A organização social sob o prisma religioso, pós-guerra do Paraguai, esteve pautada na resistência inicial e a quebra dessa barreira no decorrer do trabalho missionário realizado na região do chaco. Inicialmente pelos católicos, que fundaram, em 1931, a Igreja Padroeira Nossa Senhora do Perpétuo Socorro na aldeia de Cachoeirinha, conforme relato

do líder religioso, porongueiro, Antonio Muchacho, citado por Gonzaga (2004, p.80):

Em Cachoeirinha: O primeiro padre, Francisco, celebrava em galpão de bacuri, missa, batizado. O número das pessoas aumentou, aí o padre começou a construir a Igreja, em 1931. Igreja Católica, padroeira Nossa Senhora do Perpétuo Socorro. O povo estava acostumado com o padre católico, os crentes diziam que “se não aceitasse Jesus, não se salvava”. Distribuíram a bíblia aos índios; rasgaram a bíblia e espalharam na rua e expulsaram os crentes. A primeira igreja evangélica em Cachoeirinha foi a UNIEDAS – União das Igrejas Evangélicas da América do Sul – 1960.

A catequização encontrou forte resistência por parte dos Terena, que foi, aos poucos, vencida pelos trabalhos assistenciais da igreja católica, como lembra o Sr. Zacarias Silva, nos relatos de Gonzaga (2004, p. 81):

As ‘irmãs de caridade do chapéu’ (Irmãs Vicentinas) trabalharam com os índios em Cachoeirinha, davam alimentos, roupas e ensinavam o catecismo para as crianças. Atualmente trabalham as Irmãs Lauritas, prestam serviços religiosos, catequese para crianças, estudo com jovens e lideranças, preparam jovens para o casamento e fazem visitas às famílias.

Outro fato de aproximação da igreja com os Terena foi que a partir da década de 80, padres e religiosas iniciaram celebrações na língua Terena. Tais religiosos apoiaram a criação das CEB's (Comunidades Eclesiais de Base)⁶. Posteriormente, o CIMI⁷ ofereceu apoio financeiro a projetos agrícolas como: sementes, caminhão, trator e maquinários, auxiliando, também, na luta pela recuperação do território. Atualmente, o CIMI presta assessoria e formação às comunidades e lideranças e apoio à demarcação de terra (GONZAGA, 2004, p.81).

Posterior à presença católica na aldeia Terena de Cachoeirinha, outras correntes cristãs iniciaram seus trabalhos. É o caso das igrejas evangélicas, orientadas pelo Pentecostalismo, todas dirigidas e organizadas por membros e pastores indígenas. Cada Igreja tem seu estatuto. Várias razões são apontadas

⁶ CEB's: Comunidades Eclesiais de Base da Igreja Católica, envolvida com movimentos sociais, políticos e com reflexão teológica voltada para realidade social.

⁷ 2010 CIMI: Conselho Indigenista Missionário, órgão anexo à CNBB (Conferência Nacional dos Bispos do Brasil), criado em 1972, com o objetivo de trabalhar com os povos indígenas do Brasil no apoio e defesa de seus direitos

para conversão⁸. No entanto, justificam, em geral, a opção de tornarem-se evangélicos em função da mudança de comportamento ou porque conseguiram abandonar algum tipo de vício, principalmente o alcoolismo (GONZAGA, 2004, p. 82).

A relação igrejas cristãs e religião Terena foi marcada por vários conflitos, como podemos verificar no comentário do cacique João Candelário (*Apud* GONZAGA, 2004, p.82):

Não tenho informação como era a religião dos antepassados. Antigamente existiam os curadores; hoje não existem mais. Lazinha e João Felipe são purungueiros, usam as imagens de santos católicos. Eles são procurados por pessoas de fora e indígenas. Não sei como eles fazem. O guia deles indica remédio certo para quem vai consultar.

Os evangélicos não procuram eles. É oração. Mando os pastores orar. Os pastores ensinam e modificam a mente da pessoa, não mais acredita naquilo. Dizem que é outra força, não tem nada a ver com as coisas divinas de Deus.

Quando era criança, os avós eram feiticeiros. Tinha outro, um não se gostava do outro. A avó falava que o guia dele fazia mal para ela; um perseguia o outro. Ela alegava, irmão mais velho morreu, que foi o feiticeiro que matou, saiu um bizouro. A avó estava deitada, falou que jogavam areia nela; no dia seguinte ela não levantou, terminou morrendo. Logo depois, foi a mãe. Um homem perseguia muito a família, o Faustino Salvador de Campão Babaçu – Já morreu.

Não é coisa boa. Antigamente existia macumbeiro que matava muita gente. Falava que ia comer uma pessoa, ela morria. Em Cachoeirinha chegou a matar muita gente – menina bonita.

Essas pessoas que fazem trabalho também são perseguidas. Outro homem, Didi, no Duque estrada, matou de facada, cortou o corpo em pedaço; mas continuava mexendo; saiu um coração do jaboti.

A escolha religiosa (evangélicos, católicos) influencia a organização social Terena na disputa por cargos eletivos e em órgãos públicos. No entanto, a organização social tradicional mantém-se sustentada na relação de parentesco, principalmente quando há disputas políticas e econômicas entre as diversas camadas sociais (GONZAGA, 2004).

⁸ Conversão: Denominação utilizada pelas congregações evangélicas pentecostais para identificar o novo membro.

Estas disputas, envolvendo entidades religiosas, nem sempre são tranqüilas. Geram permanentes tensões e conflitos dentro das comunidades. Isso porque, dependendo do prestígio que um líder de uma organização adquire junto a determinados atores externos, pode contribuir para a conquista de poder na aldeia. Dessa forma constata-se que os conflitos acontecem, particularmente, entre os purungueiros, pastores e membros das igrejas evangélicas, na medida em que o poder destes se consolida na negação do poder daqueles.

Segundo Cardoso (2004, p.27), a autoridade interna na comunidade Terena se divide de duas formas: o cacique que é eleito e o conselho tribal, que é um corpo de lideranças que auxiliam o cacique nas decisões. Além disso, o presidente desse conselho tem a função de fiscalizar o cacique, com poder até para substituí-lo, se for o caso.

Os conflitos político-jurídicos de cada aldeia são decididos entre seus membros. Já assuntos de interesse de todos os setores da aldeia são levados à discussão em reuniões onde participam todas as lideranças de cada aldeia (LADEIRA; AZANHA, 2004).

Conforme descreve a pesquisa de ocupação territorial Terena, de Ladeira & Azanha (2004), a composição da aldeia é definida, inicialmente, pelos limites geográficos (morros, Açudes, Rios...) ou mesmo estradas. Esses marcos são discutidos com as lideranças. A disposição das residências possui certa dose de liberdade para estabelecer-se em qualquer aldeia. Entretanto, o morador deve respeitar as regras de conduta daquele setor, já que estão em jogo interesses políticos das lideranças locais.

A sociedade Terena está disposta em duas metades endogâmicas, sendo a dos sukiriki-onô (caracterizada pela maturidade, seriedade e tranqüilidade) e a dos chumo-onô (caracterizada pela juventude irrequieta e brincalhona). Esses traços eram mais aparentes durante a época das colheitas, quando da festa anual dos Terena, a oheokoti, na qual as duas metades deviam assumir comportamentos diferentes: os chumo-onô, mostrando-se brincalhões e turbulentos; e os sukiriki-onô, sofrendo, sem revidar as brincadeiras dos primeiros.

Cada uma dessas classes dividia-se em quatro subclasses, a saber;

- A dos unati-chané, que representava os nobres ou “chefes do povo” ou ainda “chefes de conselho”;
- A dos cuná-acheti, que representavam os guerreiros;
- A dos warrerê-chanê, que representavam os homens comuns ou o povo;
- A dos cauti, o grupo dos cativos, geralmente obtidos nas guerras (OLIVEIRA, 1968, p.104).

Cada aldeia Terena possuía um unati-chané para os sukiriki-onô e um para os chumo-onô, sendo que a transmissão desses cargos era de forma hereditária dentro da classe unati. No caso de morte de um unati, seu filho mais velho deveria substituí-lo. (FERNANDES, 1997)

Conforme descrito por Gonzaga (2004), a atividade econômica Terena era dotada de três características fundamentais. A primeira relacionada à produção agrícola, pecuária, avicultura, artesanato e coleta extrativista. A segunda ligada à força de trabalho rural em usinas de açúcar e álcool, fazendas e trabalhos domésticos. Por fim, a terceira relacionada à renda obtida por aposentadoria, programas assistenciais, funcionalismo público e pelo comércio indígena nas cidades. Este último é nosso objeto de estudo.

A estruturação da sociedade Terena está articulada com a economia local da seguinte forma. A maioria dos jovens ofertam sua mão-de-obra nas usinas e em trabalhos que denotam pouca qualificação nas cidades, além do trabalho como peão nas fazendas. Este último depende de indicações dos líderes locais. Já os chefes familiares (mais velhos), em geral, cuidam da roça produzindo gêneros agrícolas e coletando produtos oriundos do extrativismo (pequi, guavira, etc), cabendo às mulheres a comercialização desses produtos nas feiras e de porta em porta. Vale ressaltar que esse trabalho de venda não é exclusivo das mulheres, uma vez que existem homens comercializando nas feiras locais, mas em número bem reduzido em relação às mulheres.

A comunidade Terena teve que buscar alternativas para suprir suas necessidades básicas, ficando submetidos à lógica e às condições do mercado local e regional, sob dois aspectos. Primeiro, a produção agrícola e a pecuária

começou a depender de ferramentas e insumos como: trator, sementes, óleo e vacinas, fornecidos pelo poder público. Em segundo lugar, vender seus produtos com certo lucro e com isso atender as necessidades de seu grupo familiar.

A economia das comunidades indígenas Terena é basicamente de subsistência. No entanto, a escassez de recursos naturais e as limitações de terra reduzem a produção agrícola e o extrativismo. Como consequência, buscam novas alternativas em atividades fora da aldeia. (GONZAGA, 2004, p.93).

Números trazidos pelo resumo do relatório circunstanciado de identificação e delimitação da terra indígena Cachoeirinha, coordenado pelo antropólogo Azanha (2003), revela que o Terena não vive da Reserva, mas na Reserva. Na aldeia Cachoeirinha, das 484 famílias nucleares (pai-mãe-filhos menores) levantadas pelo Instituto Sócio Ambiental, em 1999, cerca de 87 tinham como trabalho exclusivo o cultivo interno nas roças (cerca de 18%); outras 268 combinavam o trabalho nas roças e o trabalho externo eventual (55%); as restantes 129 (cerca de 27%) , portanto, viviam somente do trabalho externo. Oliveira em 1968, relatava que o entendimento regional, era de que a reserva Terena representava “um gerador natural de mão-de-obra”.

Essa premissa é própria da situação verificada na Reserva, visto que a limitação territorial interfere na estrutura indispesável e exclusiva para a produção que possibilite a geração de renda e a subsistência para todos os seus moradores. As reservas são em muitos casos, o lugar da moradia e de referência para a atualização da identidade Terena (OLIVEIRA, 1968).

2.4 ATIVIDADES PRODUTIVAS

Diferentemente da agricultura praticada antes da Guerra do Paraguai, época em que os Terena possuíam um território suficiente para desenvolver uma agricultura itinerante, de corte e queima e posterior pousio, que proporcionava a regeneração natural da fertilidade do solo. Hoje em dia esse tipo de agricultura já não é possível, visto que existem limitações territoriais nas Reservas. Esse fator

foi fundamental para as transformações ocorridas em sua agricultura tradicional. Atualmente, os Terena possuem campos de cultivo permanentes, utilizando-se da mecanização (tratores) para "tombar" a terra e preparar para o plantio. As técnicas hoje utilizadas são adaptações posteriores a esta "modernização" forçada. A agricultura, ainda, é a principal atividade produtiva praticada pelos Terena nas aldeias (AZANHA, 2003, p. 5).

O calendário agrícola Terena começa em agosto e termina em março/abril, com o cultivo do feijão da "seca". O resultado da produção agrícola extraído das áreas de roça Terena é utilizado no consumo familiar. Se houver excedente, este vira produto para comercialização. Dentre os itens produzidos para consumo interno, os mais cultivados são o arroz, o feijão, a mandioca e o milho (aldeia Buriti). Outros, como feijão "miúdo", a abóbora, a melancia e o maxixe também são plantados e fazem parte da dieta alimentar Terena. (AZANHA, 2003, p. 5)

Entre os Terena, o sistema de roças segue a patrilinearidade, ou seja, os terrenos já desbravados por um grupo familiar tendem a permanecer entre os irmãos daquela família. Isto vale mesmo após o casamento, quando a esposa dirige-se então para a casa do marido, que é a mesma do pai dele. Em um terreno pertencente a um chefe familiar, as roças distribuem-se em áreas contíguas, cada uma pertencente a um irmão, com todos trabalhando coletivamente, em sua área individual, porém sob a chefia paterna (o pai decide o quê e quando plantar). Dentro de uma Reserva, este sistema engloba os grupos mais antigos que a compõem, aqueles que descendem dos formadores das aldeias. Os novos habitantes que porventura chegam à Reserva, que não possuem laços de parentescos com a população já residente, apenas podem constituir novas roças com a autorização do chefe (LADEIRA; AZANHA, 2004).

No levantamento realizado por Ladeira & Azanha, (2004), constatou-se que as Reservas Terena possuem áreas de plantação insuficientes para garantir a subsistência de sua população. Para contornar essa situação, terrenos adjacentes são utilizados para a prática da agricultura. Esses terrenos foram abertos, com a utilização de tratores, até o início dos anos 90, quando ainda ocorria um avanço para áreas de reserva (vegetação em estado de regeneração), chamados

“capoeirão”. A madeira retirada era utilizada das mais variadas formas, desde lenha até confecção de utensílios domésticos e comercialização, no caso das madeiras nobres.

Segundo Cardoso (2004, p.32), as terras recém preparadas para a agricultura são destinadas, basicamente, ao cultivo de milho, arroz e feijão, cereais estes que exigem condições diferenciadas de fertilidade do solo quando comparado com outros cultivos. As áreas mais altas são destinadas às roças de milho e feijão, junto aos quais se observam cultivos secundários variados, como abóbora, melancia, batata-doce e maxixe. Estes plantios secundários possuem a função de reduzir as pragas da roça, cobrindo as áreas do solo entre as culturas principais. Quando a fertilidade do solo se reduz e a produtividade dos principais gêneros começa a diminuir, estas áreas são utilizadas então para o plantio de tubérculos, como mandioca, maxixe e batata-doce, até que haja a recuperação da fertilidade na área.

A prática da agricultura Terena não consegue, porém, garantir a subsistência mínima de um grupo familiar durante todo o ano. Para que isso ocorra é necessário que tratores em condições de uso e suplementos de óleo diesel e sementes sejam fornecidos pelos órgãos governamentais, a saber, prefeituras, órgãos estaduais e FUNAI, nesta ordem. Essa necessidade, porém, submete os labouristas terena a uma dependência quase que absoluta dos insumos externos.

Pode-se observar, também, que a desigualdade na distribuição dos lotes de roça e as diferenças no desempenho entre líderes de um mesmo grupo doméstico, geram grupos mais bem-sucedidos que outros, o que pode ser constatado a partir da comparação dos equipamentos domésticos e das vestimentas entre eles (LADEIRA; AZANHA, 2004).

2.4.1 Pecuária

Além da agricultura, a pecuária, também, é exercida entre os Terena, herança da convivência com os Mbayá-Guaicuru. Por causa dos conhecimentos

adquiridos nesta atividade, muitos Terena tornaram-se colonos e peões de fazenda após o fim da Guerra do Paraguai.

Para Azanha (2003), no início, as reses de bois e cavalos eram adquiridas através de permutas entre os naati (chefes de grupos locais Terena) e os Mbayá. Estes forneciam os animais em troca das esposas daqueles. Atualmente, essas reses são obtidas através de compra, por aqueles com condições financeiras de obtê-las, adquiridas pelos mais variados empregos, mostrando que ainda hoje a criação de animais significa status elevado entre os Terena.

A pecuária tornou-se, porém, motivo de conflitos internos entre este povo, dada a limitação territorial das Reservas, já que a pastagem demanda áreas bem maiores de utilização do que as áreas necessárias para a agricultura. Além disso, desde a extinção dos rebanhos comunitários criados pelo SPI, a pecuária visa benefícios particulares, a despeito do sistema de coletividade das roças, o que aumenta a discórdia. (AZANHA, 2003, p. 05)

Há, também, a criação, por parte de algumas famílias, de porcos confinados, e a maioria delas cria ainda galinhas. Essas criações, associadas à carne de caça e pesca, constituem fontes próprias (isto é, não adquiridas externamente) de proteína de origem animal dentro das Reservas. Já o artesanato desempenha papel significativo como fonte de renda apenas em Cachoeirinha e Taunay-Ipegue.

2.4.2 Trabalhos temporários

Ladeira & Azanha (2004) revelam que em relação às atividades econômicas temporárias, a pioneira foi a “empreitada” nas propriedades rurais ao redor das Reservas Terena, e consistia no serviço de derrubar a mata nativa para substituí-la por pastagens. Após a Guerra do Paraguai, as modalidades desse trabalho variaram ao longo da história entre o trabalho permanente e o

temporário: o “permanente compulsório”, o “temporário autônomo” e a “situação de colônia”.

A modalidade predominante e praticamente exclusiva atualmente é o chamado trabalho temporário autônomo, a qual inclui serviços gerais como instalação de cerca, aparte de bezerros, corte de postes, carpina de pastos, colheitas. A mão-de-obra mais requisitada para essa atividade é a de trabalhadores indígenas mais velhos (entre 35 e 50 anos), que geralmente trabalham para uma única fazenda e, consequentemente, “patrão”, e conseguem esses empregos por indicação dos capatazes da propriedade. Além das fazendas, esta atividade hoje também é exercida em usinas de açúcar e álcool (LADEIRA; AZANHA, 2004).

A formação das changas (como são chamadas hoje os serviços temporários exercidos nas fazendas e usinas) é atribuída aos membros de maior poder dentro das reservas, como: os chefes do PI, capitão e integrantes do “conselho”. Desse núcleo de moradores que detém o poder, são escolhidos os membros que serão responsáveis pela contratação dos trabalhadores pelos empreiteiros. Esses membros do núcleo de poder são os chamados “cabeçantes”, indivíduos escolhidos pelas suas relações de parentesco e, principalmente, por indicação política de seus “padrinhos” (candidatos a capitão); devem ser alfabetizados e recebem salários maiores. O grupo contratado por esses indivíduos é composto por 40 a 60 trabalhadores, os quais têm suas atividades diárias distribuídas e anotadas pelos cabeçantes (LADEIRA; AZANHA, 2004).

O crescente aumento da população Terena dentro das reservas fez com que o número de empregos na zona rural se tornasse insuficiente, gerando uma situação de falta de perspectiva entre seus moradores. Observou-se então, a partir de 1950, um processo de urbanização de grupos de famílias Terena e, com isso, a busca pelo trabalho em meio urbano, em atividades como pedreiro, servente, auxiliar de escritório e funcionários da extinta NOB (estrada de ferro Noroeste do Brasil). Cardoso de Oliveira, analisando este processo de

urbanização Terena (1968), observou que, já em 1960, 418 indígenas Terena habitavam em Campo Grande.

2.4.3 Caça, pesca e coleta

Até a década de 1970, essas atividades eram ainda exercidas de forma expressiva. Havia abundância de matas e florestas para caça de animais, como catetos, antas, cervos e veados, e essa prática não era ainda ilegal. Havia permissão para caça por parte dos proprietários rurais, pois, além de poucos permanecerem nas fazendas, conheciam os responsáveis indígenas pelas changas.

Dados trazidos por Ladeira & Azanha (2004) mostram que, a partir de 1970, houve inicio da redução da prática dessas atividades, já que, além do aumento das áreas destinadas à pastagem nas terras adjacentes às reservas, também houve aumento da vigilância por parte dos fazendeiros quando a caça tornou-se ilegal. Já na época do SPI, os índios que fossem flagrados caçando eram perseguidos pelos funcionários da fazenda e, se pegos, tinham suas armas, munições e produtos da caça apreendidos, além de sofrerem possíveis sanções pela Funai. A caça tornou-se, assim, uma atividade de alto risco, mas ainda hoje é exercida em áreas onde a vigilância é mais branda e possui papel fundamental na subsistência das famílias indígenas menos favorecidas economicamente e que, não possuem recursos para adquirir o produto através da compra.

Em relação à pesca, apesar de também acarretar riscos em determinadas épocas do ano, é uma atividade que os Terena procuram manter. As reservas de Cachoeirinha, Taunay-Ipegue e Buriti concentram um grande número de indígenas em épocas de seca, para a prática da pesca. Já o extrativismo permanece ainda hoje como importante atividade nas reservas de Cachoeirinha e Taunay-Ipegue, principalmente de lenha (usada na cozinha e no cozimento de cerâmica) e plantas medicinais, e a dependência da madeira como fonte de energia nessas reservas é responsável pela manutenção de significativas áreas de mata nessas terras. Outra atividade até pouco tempo considerada

importante nas reservas, a coleta de mel e frutas perdeu sua significação e tornou-se atividade desenvolvida mais pelas crianças (LADEIRA; AZANHA, 2004).

Foto 6: Índia Terena fabricando cerâmica



Fonte: <http://img.socioambiental.org/v/publico/terena/> 2010

2.5 TERRITORIALIDADE E TERRITÓRIO TERENA

Com o entendimento acerca dos conceitos e interpretações de Arranjos Produtivos Locais e de Desenvolvimento Local, iniciaremos a descrição das premissas de territorialidade, sob diferentes óticas, até aferirmos as relações de Desenvolvimento local ao território indígena propriamente dito. Para isso resgataremos os conceitos de espaço, lugar e território da Geografia Humanista, uma vez que a relação do índio com a terra, vai além do simples substrato vivido, a luz dos conceitos de territorialidade, devido às fortes relações pessoais, cosmológicas e culturais que envolvem o espaço vivido. Ao Introduzir a esse movimento a bagagem cultural trazida por um grupo tradicional ou indígena, a identidade com o lugar é encarada como espaço vivido, experienciado, contribuindo para a determinação da identidade dos indivíduos e grupos, os quais acabam por criar laços afetivos com ele (NOGUEIRA, 2004).

A territorialidade resulta de um processo demorado em que atuam relações de várias ordens, entre atores diversos, em tempos diferenciados. Ela reflete a multidimensionalidade do “vivido” territorial pelos membros de uma coletividade, pelas sociedades em geral. Os homens “vivem”, ao mesmo tempo, o processo territorial e o produto territorial por intermédio de um sistema de relações existenciais e/ou produtivistas.

O conceito de territorialidade, segundo Correa (2002, p.252), pode ser descrito como “conjunto de práticas e suas expressões materiais e simbólicas capazes de garantir a apropriação e permanência de um dado território, por um determinado agente social, o Estado, os diferentes grupos sociais e as empresas”. Para Edward Soja (1993, p.19) a territorialidade “é um fenômeno de comportamento associado à organização do espaço em esferas de influência ou em territórios nitidamente delimitados, que assumem características distintas e podem ser considerados, pelo menos em parte, como exclusivos de quem os ocupa e de quem os define”. O pesquisador Robert David Sack (1986, p.19) contextualiza território como “as formas de controle exercidas por um grupo sobre uma determinada área, o território. No seu limite, a territorialidade é a inter-relação entre espaço e sociedade”.

Milton Santos, no 12º Encontro Nacional de Geógrafos (2000) realizado em Florianópolis-SC, descreve o fenômeno da territorialidade:

O território, tomado como um todo dinâmico, é, hoje, o principal revelador dos grandes problemas nacionais, já que ele permite uma visão não-fragmentada e unificada dos diversos processos sociais, econômicos e políticos. [...] o território é visto como um palco, mas também como um figurante, sociedade e território sendo simultaneamente ator e objeto da ação.

A relação com a terra é expressa com sentimento e paixão. Como descrito por Gonzaga (2004, p.64) nos relatos coletados de lideranças locais Terena. Argemiro Turíbio, membro da comunidade de Cachoeirinha e chefe de posto da Funai, em 2004: “a nossa luta demonstra o nosso sentimento em relação a nossa terra”. Locídio Polidoro, presidente da Associação de Moradores Indígenas de Campo Grande afirma que: “Nela nascemos e nela iremos descansar”. Ou, ainda, como definiu o ex-cacique Sabino Albuquerque, “minha paixão é a terra”.

Para o cacique da aldeia Lagoinha (*Apud* GONZAGA, 2004, p. 64):

A terra é nossa vida, nosso espírito. A terra é nossa mãe, sem terra é impossível sobreviver. A comida, moradia e futuro de nossos filhos. A terra está apertada, não tem lugar para fazer roça. A terra está com os fazendeiros. Na constituição federal, o direito é nosso. O fazendeiro vai botar medo, mas não vai matar. Muitas vezes fica com aquele medo dentro de nós. Esse motivo que fez a gente viesse, os caciques. Falta Izidoro, o início é assim mesmo. Temos que lutar pensando mais tarde, filhos, netos e bisnetos.

Esse sentimento descrito acima nasce da apropriação que ocorre através de seu “uso efetivo”, ou seja, do processo de produção do espaço de vida. Este processo tem como ponto de partida a imagem que se construiu do espaço como modelo de organização (representação do espaço). Já a apropriação é um processo de produção humana, que envolve relações sociais, na criação de obras (materiais e imateriais) que possam atribuir sentido à vida social (LEFEBVRE, 1981).

Para Raffestin (1993, p.144), o espaço é anterior ao território. É a realidade material preexistente a qualquer conhecimento e à qualquer prática. Ele é um “campo de possibilidades” para quem dele quiser se apropriar. O espaço torna-se objeto de territorialização, a partir do momento em que um ator sintagmático (incluído um sistema de relações), manifeste a intenção dele se apropriar. A relação do índio com a terra está ligada ao território, resultante da produção social realizada através da representação e uso efetivo do espaço, envolvendo relações sociais que se inscrevem em um “campo de poder”.

Sobre a formação dos campos de poder (ou campo de forças) Raffestin (1993) e Foucault (1979) orientam que:

O campo interativo construído pelas relações sociais constitui a energia construtora, controladora e transformadora do sistema territorial. Nele se impõe ordens e se mantém a coesão. É meio territorial ou conteúdo do território. (RAFFESTIN, 1993)

O poder territorial não emana de um ponto central localizável – seja do Estado ou de uma classe social – como também não é um atributo. Ninguém tem poder, mas exerce poder e ocorre quando uma força se defronta com outra força

de resistência contrária. O poder se revela no campo operatório das práticas sociais. E cada campo de forças – sejam dominadas ou dominantes – vincula-se diretamente aos saberes nele interiorizados (FOUCAULT, 1979).

A centralidade da questão reside no fato de se encontrar um significado de lugar, um conceito que contemple as relações entre o local e o ser humano. O lugar revela e realiza o mundo numa atividade empírica, dando-lhe consistência histórica e geográfica. Não é um fragmento da totalidade e sua (re) produção se dá através da articulação entre o mundo que está chegando e o local, processo no qual são revelados seus conflitos e seus desequilíbrios (NOGUEIRA, 2004).

Para Santos (1994), é o uso do território, e não o território por si só, que faz dele objeto da análise social. O território para o ser humano tem sido uma noção em constante processo de construção. Neste sentido, necessita de constante revisão histórica. A noção que sempre permanece de território é a de ele ser um quadro de vida (espaço de vida) e seu conhecimento levar à compreensão do sentido de existência (individual e coletiva). Portanto, as relações pessoais e dos grupos indígenas trazem uma carga emotiva que cria um vínculo indissolúvel com o substrato vivido.

Segundo Santos (1994, p. 78), ao situarmos, historicamente, a noção de território, vimos que:

Na antigüidade, a noção era de um “lugar territorial”, território individual em comunhão com o universo (lugar como espaço absoluto). Na modernidade, avançou-se para a noção de “estado territorial” derivado da ampliação do conhecimento na conquista do mundo. Nesta noção, o estado de uma nação é quem passou a definir cada “lugar” no território e cada lugar, também, passou a ter uma “função” no conjunto da economia. Na atualidade, a visão planetária de espaço fluído levou à idéia de interdependência universal dos lugares. Cada “lugar” visto como conteúdo das diversas relações globais, conduzindo à noção de “lugar territorial”, inserido no sistema territorial do estado e em comunhão planetária.

Para Machado (*Apud* LACERDA, 2004, p. 46) “o significado da palavra território é bastante extensa”, entendendo-se da seguinte forma:

Território é derivada do latim ‘terra’ e corresponde ao termo ‘territorium’, cujo sufixo, ‘torium’ designa um lugar de um substantivo qualquer: dormitório, lugar de dormir; território, lugar

da terra, âmbito terrestre localizado, é a localização de uma determinada porção do espaço envolvendo superfície, formas e limites.

Segundo Ratzel (*Apud* LACERDA, 2004, p.47), o território é entendido como propriedade, afirmando que: “o território passa a representar uma parcela do espaço terrestre identificada pela posse, uma área de domínio de uma comunidade ou estado”.

Ainda Machado (*Apud* LACERDA, 2004, p.47) relaciona o território com a vida, à cultura e à identidade das pessoas e das sociedades, sendo que:

O território envolve, além de aspectos físicos e materiais, tudo que a sociedade tem de ideal, como representações, sentimentos de vinculação, de comportamentos individuais ou de instituições que participam de uma organização espacial [...]. O território significa entender-lo como um produto da história da sociedade, dentro de uma dimensão material e cultural e que, portanto, está em constante modificação.

Para Darella (2004, p.92), o território indígena consiste em uma cartografia delineada em experiência, criação, memória, conhecimento e reconhecimento, palavra, sentimento e movimento. É nesse espaço que florescem as especificidades culturais, cria-se um território processual, relacional, transformado e em continua transformação.

Segundo Darella, o território indígena está em constante movimento:

O território-de-e-em-movimento é um conjunto composto por subjetividades e objetividades, uma imensa rede de aldeias substantivada em parentesco, intercâmbio, estratégias, percepções. Esse território se consubstancia e delineia em princípios míticos e cosmológicos, referências sócio-históricas, ambientais e temporais que se inter-relacionam. É, portanto, cartografia que espelha cosmografia, cosmologia, cosmogonia e mitologia em constante desdobramento e atualização, pois “cosmologia e seus mitos associados são produtos e são meios da reflexão de um povo sobre a sua vida, sua sociedade e sua história. Expressam concepções e experiências. Constroem-se e reconstroem-se ao longo do tempo, dialogando com as alterações trazidas pelo fluir do tempo, pelo circular em novos espaços, pelo contracenar com novos atores” (DARELLA, 2004, p. 93).

A definição de território indígena para Ramos (1986, *Apud* VIETTA 2002, p.11) pode ser assim descrito:

O território tem significado divino, para eles e sua ocupação é explicitado a partir dos mitos de origem que coincide com a criação da própria sociedade, onde os recursos naturais são para todos, de igual forma, tornando-se assim um recurso sociocultural, e representa um meio para reprodução de valores, práticas culturais, manutenção do bem estar e da reprodução de seus habitantes.

A partir dessa compreensão de território e do termo lugar, podemos entender porque as políticas públicas de demarcação de terras indígenas devem contemplar fatores sócio-culturais, uma vez que não se trata de um processo de assentamento, onde o substrato físico tem pouca importância ou fica restrito à capacidade produtiva da terra, mas no caso de populações indígenas devem ser incorporados outros elementos relacionados a sua especificidade cultural.

2.5.1 Aldeias e território Terena

As aldeias (oneó) Guaná ou Chané alteram sua estrutura organizacional e localização ao longo dos anos devido aos limites físicos impostos a estes grupos após a guerra com o Paraguai. Para os Guaná do Chaco meridional existia uma agricultura bem desenvolvida, onde a caça e a pesca auferiam boa parte das atividades de subsistência. Já no Brasil, a criação de gado vacum e cavalar foi introduzida através da convivência com os Mbayá-Guaicuru.

Para ocupação e escolha do local de fixação da aldeia levavam-se em conta a extensão da terra (deveria ser considerável) e a localização deveria ser privilegiada, posto que as roças (cawané), pertencentes a um mesmo grupo de parentesco, liderado por um "capitão" ou chefe da família extensa, espalharam-se pelas matas de "galeria" contíguas.

As aldeias Guaná teriam, em média, de 30 a 40 casas (ovocuti) e cada casa media de 14 a 18 metros de comprimento por 7 de largura. Na qual vivia o chefe familiar junto com seus irmãos e seus parentes. A casa normalmente tinha cinco portas. Calculando que casas nestas dimensões abrigariam entre 20-30 pessoas (cinco grupos domésticos, delimitados pelas suas "portas"), seria

possível estimar a população das aldeias em cerca de 600 a 1.200 pessoas (LADEIRA; AZANHA, 2004).

A composição dos grupos domésticos de cada casa era: marido, mulher, filhos, genros. Cada casa possuía áreas de roças. Não há relatos precisos sobre o tamanho dessas roças. No entanto, os Terena mais velhos relatam que as roças "de toco" de seus avós possuíam, em média, seis "tarefas" (uma "tarefa" é igual a 30 "braças" quadradas ou cerca de 3.600 m²) por grupo doméstico (ou seja, cerca de 2,16 ha). Este número é compatível com os equipamentos então utilizados pelos Guaná para o trabalho agrícola, instrumentos bem mais desenvolvidos do que, por exemplo, aqueles utilizados pelos Guarani, seus vizinhos meridionais e, também, dependentes da agricultura (LADEIRA; AZANHA, 2004).

Outro importante fator levado em conta na escolha do local da aldeia era a disponibilidade de matas que para os Terena indicavam solos melhores para a formação das roças e áreas de caça, coleta e pesca (lagoas ou rios de porte), indispensável em épocas de seca e de entressafra dos itens produzidos. Paralelamente, devido à pecuária em regime extensivo, a terra deveria possuir área necessária para a criação de bois e cavalos.

Consolidando todos estes critérios e limitações geográficas impostas pelo planalto pré-pantaneiro brasileiro, resta, como única região para a fixação das aldeias Guaná, o interflúvio Miranda-Aquidauana-Taquari.

2.5.2 Estrutura social e as unidades da produção Terena: A roça

Na comunidade indígena Terena, a moradia é estruturada pela parentela agnática⁹, sendo o elo social e político. Este fenômeno é verificado tanto nas aldeias, quanto na cidade. Essa constituição social a partir dos descendentes paternos considera como parentela suas famílias (esposa, filhos, noras e netos) e

⁹ Consideram-se como descendentes os parentes paternos. Cf. MELLO, Luiz Gonzaga – Antropologia Cultural, p. 317, 1969.

os filhos adotivos, primos e tios, onde existe a figura de um chefe, que pode ser o pai ou na sua ausência o irmão mais velho. Em geral, as residências dos irmãos são próximas umas das outras. A parte cultivável é comum, havendo cooperação no trabalho e na partilha de alimentos. Esta cooperação existe também nas relações políticas, sendo mais fortes politicamente aqueles chefes de parentela que conseguem manter conciso seu grupo de irmãos (LADEIRA; AZANHA, 2004).

A moradia acolhe o grupo doméstico, composto no mínimo por duas gerações (pai e filhos) e, no máximo, por quatro (avô, pai, filhos e netos). Do ponto de vista técnico, o grupo doméstico pode ser constituído por uma família nuclear (composta pelo casal e seus filhos solteiros) ou por uma família extensa (pais e filho(s) e nora(s) ou filha(s) e genro(s); ou ainda por dois irmãos e suas esposas ou duas irmãs e seus maridos, caso bem raro no universo Terena). Na Reserva de Cachoeirinha, por exemplo, cerca de 13% dos domicílios abrigam famílias elementares; os restantes 87% das casas abrigam famílias extensas, variáveis na sua composição (LADEIRA; AZANHA, 2004).

Como regra geral, na sociedade Terena a residência após o casamento define-se pela patrilocalidade (a mulher vai morar na casa do sogro). Com o nascimento dos filhos o casal procura construir sua residência, em geral nas terras pertencentes ao pai do marido, com proximidade entre os irmãos. Isso dependerá do papel mais ou menos aglutinador desempenhado pela parentela agnática. Entretanto, existem casos de uxorilocalidade (o homem ir morar na casa do pai da esposa), o que "apressa" a construção de uma nova casa pelo marido, junto à sua parentela (OLIVEIRA, 1968).

O local escolhido nas aldeias é determinado pela distribuição destes grupos de vizinhança, em virtude da composição da parentela agnática. O equilíbrio social e político nas reservas são garantidos pela solidariedade do grupo de irmãos, abalada hoje pela divisão religiosa entre evangélicos e católicos (OLIVEIRA, 1968).

Ladeira & Azanha (2004) descrevem a disposição das residências nas Reservas Terena:

Junto com a localização dos lotes de roças, de pastagens e a cobertura vegetal remanescente, ilustram bem que o espaço para a instalação de novos grupos domésticos nas Reservas chegou, há anos, ao seu limite crítico. Constatase na situação de Reserva um processo onde, cada vez mais ao longo do tempo, determinadas condicionantes externas impõem as condições de vida ali reinantes.

Foto 7: Residência Terena



Fonte: ISA (2004)

A oferta dos produtos agrícolas está diretamente relacionada com a produção Terena nas “roças” que, geralmente, pertencem ao “grupo familiar extenso”. Este grupo, em sua maioria, é composto pelo Avô (chefe), seus filhos, netos e noras. Devido à dinâmica de sucessão pela via paterna, os terrenos já desbravados por um grupo tendem a ficar no domínio dos irmãos consangüíneos, fato acentuado pela patrilocalidade¹⁰ da residência pós-matrimonial. Por força desta composição, as roças de um mesmo grupo de irmãos tendem a se distribuir em áreas contíguas. Este grupo, com a autoridade do mais velho e em 86% dos casos é que decide sobre o quando e o quê cada um ou o grupo vai plantar (FEHLAUER, 2004, p.77).

¹⁰ Na patrilocalidade pós-matrimonial a esposa vai morar na casa do marido, que é a do pai dele ou muito próxima ao grupo residencial do mesmo (dicionário Aurélio de língua portuguesa).

3 OS PRODUTOS INDÍGENAS E SEU DIFERENCIAL COMERCIAL

A comercialização adotada pelos Terena tem início na aldeia, numa relação de troca com outros índios por produtos que não produzem. No entanto, a maior parte dos produtos é vendida em feiras nas cidades de Aquidauana e Campo Grande, além de existir em menor proporção a oferta porta-a-porta, aonde as mulheres vão de casa em casa oferecer seus produtos, normalmente para uma clientela já conhecida. Outra forma de oferta dos produtos em Campo Grande é na feira central, sendo que no antigo local (Avenida Mato Grosso) eram mais percebidos e o volume de vendas era maior. Já no novo local, próximo à estação ferroviária, a presença indígena é pequena e esporádica.

A “feira indígena” de Aquidauana recebe o maior número de Terena oriundos das aldeias da região, com maior destaque para Limão Verde e Bananal, que representam a maioria dos indígenas ali presentes. A feira ocorre em uma conhecida Avenida de Aquidauana. Os produtos são dispostos na calçada, em cestos ou baldes, de modo que o cliente tenha ampla visão de todos os produtos que podem ser de origem agrícola, extrativista e até mesmo artesanal.

3.1 A FEIRINHA DO MERCADÃO

Fundada em 1975, a feira de Campo Grande¹¹, conhecida como feirinha do mercadão, é uma estrutura permanente, com grandes quiosques com motivos indígenas. Esses quiosques são cercados por balcões onde as índias Terena dispõem suas mercadorias, além de utilizar as vigas de madeira do quiosque para pendurar outros itens. Por questão de afinidade, a disposição dos quiosques concentra membros das aldeias Cachoeirinha, Taunay e Limão Verde (conforme figura abaixo), mas ainda existem em menor quantidade Terena das aldeias de Bananal, Ipegue, Lagoinha e Água Branca. Apesar de a população

¹¹ Localizada na Praça Oshiro Takemori (rua: 7 de Setembro, S/Nº - Centro – Campo Grande/MS), a feira indígena é conhecido ponto turístico em Campo Grande, funciona todos os dias.

Terena estar presente em oito cidades do MS, na feirinha existem apenas representantes das aldeias da região de Aquidauana e Miranda. Temporariamente esse local serve de dormitório para os índios que ali comercializam, visto que o imóvel alugado pela FUNAI para essa finalidade foi devolvido ao proprietário, em virtude do término do contrato de aluguel. No entanto, conforme informou o Sr. Jurandir (vice-presidente da associação de feirantes indígenas de Campo Grande), a FUNAI está procurando nova residência para acomodar as feirantes.

Foto 8: Imagem da feirinha demonstrando a preponderância de cada aldeia



Figura 2 – Localização da Feirinha



Fonte: Google Maps (<http://maps.google.com.br/>) 2010

3.2 O TRANSPORTE DOS PRODUTOS DA ALDEIA PARA FEIRA

O Transporte dos produtos das aldeias para a feirinha é feito por ônibus da empresa rodoviária Expresso Mato Grosso. A associação dos feirantes negociou com a empresa que o embarque e desembarque fossem à frente da feirinha, com horários fixos (saída da feirinha para Aquidauana às 14h40min e chegada de Aquidauana na feirinha às 10h). Outro ponto negociado pela associação é que um bagageiro ficará exclusivo para acomodar as caixas de produtos trazidos das aldeias. As malas dos demais passageiros ficarão em outro compartimento. Com isso, segundo afirma o Sr. Jurandir, não existe perda ou perecimento de produtos na viagem. Normalmente, os Terena que vendem seus produtos em Campo Grande, não o fazem em Aquidauana, pois a viagem para Campo Grande exige um maior grau de especialização que envolve tempo e custo. Cada feirante ou seus familiares trazem seus produtos da aldeia, mas existe cooperação no transporte, visto que quando um feirante fica impossibilitado de transportar seus produtos, outro, aproveitando sua ida à aldeia, traz os produtos a pedido do feirante impossibilitado.

Na década de 90, o transporte era feito por caminhoneiros que ficavam em torno do mercado municipal com a finalidade de fazer frete, em especial o Sr. Antonio Shishiro, que ganhou a confiança dos índios e fazia o transporte duas vezes por semana. Nesse período, os Terena voltavam com maior freqüência às suas aldeias. Após a morte do Sr. Antonio Shishiro e pelo aumento dos custos da viagem optou-se pelo transporte por ônibus, que perfaz o seguinte itinerário: embarcam na aldeia com destino a Aquidauana, lá embarcam em novo ônibus para Campo Grande. No caso da aldeia Limão Verde esse trajeto é de aproximadamente de 164 km.

Foto 09: Chegada dos produtos na feirinha



3.3 PAPEL DE CADA MEMBRO FAMILIAR NO COMÉRCIO E PRODUÇÃO DOS PRODUTOS

Assim como na feira indígena de Aquidauana, em Campo Grande a presença feminina é preponderante. A presença masculina existe, mas é eventual restringindo-se apenas a acompanhantes. Elas afirmam que essa forma organizacional não é fruto de preconceito, mas sim por necessidade, uma vez que os homens precisam ficar na aldeia para cuidar da roça. As mulheres, além de venderem os produtos, fazem a compra em Campo Grande dos itens que irão

abastecer a casa na aldeia. A periodicidade do retorno dessas mulheres para aldeia é em média de 15 dias. O artesanato também é uma atividade preponderantemente feminina. A escolha da “vendedora” da feira é feita por critérios de habilidades comerciais, ou seja, pela vocação. No caso do Sr. Jurandir, quem fazia o comércio na feirinha dos produtos que ele produz era sua sogra, mas devido à idade avançada, sua filha e esposa a substituirão. Ele, inicialmente, irá acompanhá-las. Nota-se a pouquíssima presença de jovens na feirinha e mesmo no trato da roça, os jovens em sua maioria estão em atividades assalariadas.

Figura 3: Imagem aérea da Feirinha



Fonte: Google earth (<http://maps.google.com.br/>) / 2010

3.4 PRODUÇÃO E COLETA DOS ITENS COMERCIALIZADOS

Na feirinha do mercadão são comercializados, pelos Terena: feijão verde, guariroba, palmito doce, pequi, guavira, milho verde, mel, manga, caju, acerola, jaboticaba, maxixe, abóbora, pimenta, feijão guandu, quiabo, cerâmicas e outros artesanatos. Os produtos comercializados na feirinha têm origem na roça Terena das aldeias de Aquidauana e Miranda. Entretanto, existe uma parcela dos produtos vendidos (Feijão verde e Guariroba) que são comprados pelos feirantes de outros índios, oriundos das aldeias Terena da cidade de Sidrolândia e até de

outras etnias como dos Kadiwéu. Parte dos produtos tem origem na coleta extrativista, mas essa atividade vem diminuindo, em virtude do plantio de espécies nativas como pequi, guavira, palmito doce e guariroba nas roças Terena. Quando perguntado o motivo dessa nova modalidade, o Sr. Jurandir informou que: “as áreas de coleta estão diminuindo em virtude dos desmatamentos e que as araras consomem grande parte dos frutos, na roça fica mais fácil cuidar”. Outro fator citado é que as guaviras plantadas na roça são mais “graúdas” e de melhor qualidade. Em média são 30 mudas das espécies citadas acima plantadas em cada roça. As mudas são feitas pelos próprios índios.

3.5 ESTRUTURA ORGANIZACIONAL DO COMÉRCIO TERENA

Em 1987, os membros da feirinha do mercadão organizaram-se e criaram a Associação de Feirantes Indígenas de Campo Grande. Entre suas atribuições estão a de cobrar dos entes públicos melhores condições de trabalho para os indígenas, e fazer o registro dos feirantes através da confecção de carteirinhas. Para tanto, cada feirante paga uma taxa semanal de R\$ 10,00. Esse dinheiro é aplicado na limpeza e conservação dos banheiros e na vigilância do local (todos os funcionários da associação são índios), assim como em despesas do presidente da associação, que eventualmente desloca-se para entidades públicas para tratar de assuntos dos feirantes.

A associação possui 73 membros e conta apenas com índios Terena que comercializam na feira do mercadão. Existem outros pontos de comercialização na cidade, mas esses comerciantes não fazem parte da Associação. Para integrar a feira, o Terena deve receber a autorização da Associação. Esta possui os cargos de presidente e vice-presidente que não são remunerados, atualmente sendo ocupado respectivamente pela Sr^a. Marileide (aldeia Cachoeirinha) e pelo Sr. Jurandir (Limão Verde). A escolha do presidente e do vice é feita por votação entre os feirantes. Não existe formação de chapa, os dois mais votados são eleitos para mandato de um ano de duração. Existem dois perfis de comerciantes na feirinha, aquele que fica permanentemente na feira e é abastecido por seus familiares e adquire produtos de outros índios (intermediários), e aquele que traz seus produtos, vende e retorna para sua

aldeia. Os primeiros voltam para a aldeia apenas para rever sua família de vez em quando. A Associação de Feirantes Indígenas ainda que timidamente articula-se com a Associação Produtiva da Aldeia Cachoeirinha, formada pela organização dos agricultores Terena. Essa relação está ligada principalmente ao fornecimento de informações sobre quais produtos estão vendendo mais, para que os produtores possam direcionar seu plantio.

3.6 AS ORGANIZAÇÕES DE APOIO AO COMÉRCIO INDIGENA

Na etapa de comercialização, a feirinha recebe apoio da FUNAI que fornece dormitório às índias, através do aluguel de uma casa na proximidade da feirinha. Atualmente essa casa foi entregue ao proprietário devido ao término do contrato, mas, conforme informou o Sr. Jurandir, a FUNAI já está procurando outro imóvel para alugar. Com isso, temporariamente, algumas índias vão para a casa de parentes e outras dormem nos quiosques. Recentemente, a FUNAI fez a doação de 150 cobertores para as feirantes.

A Associação dos Feirantes não recebe apoio da prefeitura de Campo Grande e nem do Governo Estadual. A associação firmou convênio com um restaurante próximo à feirinha, onde a refeição recebe desconto de 35% e todos os feirantes fazem suas refeições nesse restaurante. Não se verificou, também, o apoio das entidades de fomento à economia solidária. Já na etapa de produção, as associações produtivas, criadas nas aldeias, recebem o apoio da AGRAER com o fornecimento de insumos como sementes e óleo.

3.7 PERFIL DOS CONSUMIDORES DOS PRODUTOS TERENA

Segundo o vice-presidente da Associação de Feirantes Indígenas, grande parte dos compradores da feirinha possui alto poder aquisitivo. Estes procuram os produtos indígenas, principalmente, por serem cultivados sem a aplicação de agrotóxicos. Os Turistas, também, representam parcela significativa entre os compradores. Essa demanda está ligada ao fato do ônibus conhecido com City Tour (ônibus que percorre os pontos turísticos de Campo Grande), fazer sua parada no Mercado Municipal. O fator que leva principalmente o turista a

adquirir seus produtos é o fato dos produtos serem de origem indígena, gerando um diferencial social. Existem ainda outros tipos de compradores dos produtos Terena, como os empresários. Estes compram seus produtos (pequi, acerola, guavira, bocaiúva, caju e jaboticaba) para fabricar sorvetes e sucos. Nesse caso, os produtos são adquiridos em grande quantidade pelos empresários e com isso os itens saem por um preço bem menor. Os feirantes estão negociando com esses empresários o transporte e coleta dos produtos da aldeia, com caminhão dessas fábricas. Quando perguntado sobre quais argumentos de vendas são utilizados nos casos em que os consumidores questionam o valor dos produtos (em média maiores que os ofertados no mercadão), o Sr. Jurandir informou que o principal argumento é o desconto para compra de mais de um produto. Nota-se que a principal motivação que levam os consumidores a adquirir os produtos Terena da feirinha é o fato de serem orgânicos.

A pesquisa feita com a população de Campo Grande indicou que 91% dos entrevistados conhecem ou já ouviram falar dos produtos indígenas pequi, guariroba e feijão verde. Nota-se que a população campo-grandense tem forte relação com os produtos analisados. Outro dado relevante trazido pela pesquisa é que 82% já consumiram algum produto de cultivo/extrativismo indígena. Analisando em conjunto as informações sobre o consumo e conhecimento dos produtos pode-se concluir que existe uma forte demanda pelos produtos comercializados pelos índios Terena. Outro dado importante é que as grandes redes de supermercados (COMPETE, EXTRA, CARREFUR e WAL MART) não comercializam tais produtos. Quando perguntado se há interesse, todas as redes afirmaram positivamente o interesse em ofertar os produtos, mas encontram dificuldade em comprá-los. O interesse é devido à demanda por esses itens em seus estabelecimentos comerciais.

A pesquisa, também, apontou que a feira indígena do mercadão e a feira central foram as mais citadas, quando perguntado onde encontrar produtos como pequi, guariroba, guavira e feijão verde. Demonstrando que existe demanda pelos produtos indígenas e que o local de comercialização adotado pelos Terena é conhecido pela população local, além de ser um ponto turístico junto ao Mercado Municipal Antonio Valente. No entanto, os produtos têm pouco valor

comercial. O comércio Terena é articulado, mas possui poucos e restritos agentes de apoio.

3.8 DESTINAÇÃO DA RENDA OBTIDA COM A COMERCIALIZAÇÃO

A renda bruta obtida com a venda dos produtos na feirinha é em média de R\$ 1.200,00 por mês, sendo que os custos com alimentação, deslocamento e transporte são de aproximadamente R\$ 400, 00, ou seja, o lucro seria em torno de R\$ 800, 00, conforme informou o vice-presidente da associação dos feirantes. Essa renda é utilizada na subsistência das famílias, como por exemplo, na compra de gêneros alimentícios complementares não produzidos em suas roças e em vestimentas, além do pagamento de água, energia elétrica e em alguns casos para pagar a faculdade dos filhos. A associação percebe que os índios estão felizes com a feirinha e que o lucro obtido pelo comércio é a principal e na maioria dos feirantes a única fonte de renda da família. Quando perguntado quais as necessidades imediatas dos feirantes, a presidente e o vice-presidente da associação foram categóricos em responder que os feirantes necessitam de colchões para o futuro dormitório, toldos para os quiosques para evitar a entrada de chuva que ocasiona a perda dos produtos e principalmente a reforma da praça onde está instalada a feirinha.

3.9 ASPECTOS E CARACTERISTICAS PRODUTIVAS NAS ALDEIAS

A forma organizativa da produção dos produtos que chegam até a feirinha, é através da Associação Produtiva da aldeia Cachoeirinha. As Associações Produtivas das aldeias de Limão Verde e Taunay estão mais articuladas com os feirantes da cidade de Aquidauana, devido à proximidade dos pólos de comercialização e produção. Nota-se a cooperação entre os comerciantes e as associações quando é necessário fomentar a produção de algum gênero que possui maior procura. As organizações produtivas nas aldeias recebem apoio da AGRAER com o fornecimento de insumos como sementes e óleo.

Segundo o pesquisador Tércio Fehlauer (2004), a baixa capacidade produtiva observada nas aldeias Terena é um dos fatores que causam a deficiência na oferta dos produtos. Fruto da ausência de instituições formais de produção e distribuição ou, pelo menos, por seu baixo nível organizativo, além do baixo grau de especialização nos processos produtivos e pela forma simples de divisão de trabalho. Outro fator que impacta na oferta, ou seja, na quantidade separada para a comercialização é que as unidades de produção e consumo quase sempre estão ligadas a fatores culturais. Desta forma, aquele que produz e comercializa em quantidades muito superiores aos demais é “mal visto”, como exemplifica Azanha (2005, p.18): “Nas sociedades indígenas o lazer e o trabalho, não são vistos separadamente, os índios não vêem o trabalho como obrigação”.

Ao contrário, na sociedade “branca” o lazer é fruto do trabalho e só é possível graças ao resultado do labor, como relata o mesmo autor. “Nas sociedades indígenas a acumulação individual provoca inveja e isso não é bom para o equilíbrio das relações interpessoais” (2005, p.18).

A acumulação de bens, ao contrário da sociedade capitalista, não é bem vista pelos índios. Ao analisarmos as interações provindas de um possível arranjo produtivo local, onde o comércio de produtos provindos do extrativismo e da agricultura é traço marcante nos Terena, devemos atentar aos fatores culturais que movem tais interações dos agentes envolvidos, visto que a análise toma rumos distintos da simples atenção ao mercado, uma vez que a produção e comercialização dos produtos são apenas para suprir suas necessidades básicas. Este fato está diretamente relacionado com os valores das sociedades indígenas latino-americanas, onde a produção de excedente não é objetivo imediato dessas comunidades.

A oferta dos produtos pelos Terena sofre queda não só pela deficiência na produção, mas, também, por fatores culturais e étnicos que limitam essa oferta. Portanto, tais fatores nos levam a caracterizar esse APL como etnicamente específico/distinto, visto as nuances que envolvem a articulação dos agentes envolvidos.

A pesquisa de Fehlauer demonstra ainda que o tamanho das roças¹² é outro fator de destaque. O problema não responde imediatamente a um desejo de grande ampliação das áreas de plantio, mas, sobretudo, para permitir o descanso da terra e a possibilidade de plantar em terra nova, de maior potencial de produção, ou seja, de compensação ao trabalho. No geral, cada família planta a quantia que possa dar conta de cultivar. Esta quantia é variável obviamente pelo tamanho da família. No entanto, é comum famílias do mesmo tamanho com roças de tamanho diferente, o que não quer dizer que quem tem plantios mais extensos tenha maiores recursos ou que seja mais trabalhador. Há casos em que a limitação da roça ocorre devido à maior intensidade e “agressividade” do estabelecimento de plantas ditas “invasoras”, demandando maior trabalho de capina.

Tabela 1: Ocorrência relacionada à extensão territorial da unidade de produção, em % (aldeia Limão Verde, 2004).

| | |
|------------------------|----|
| Menor que 01 Hectare | 14 |
| Entre 01 e 02 Hectares | 47 |
| Entre 02 e 03 Hectares | 25 |
| Entre 03 e 04 Hectares | 07 |
| Maior que 04 Hectares | 07 |

Fonte: Fehlauer, 2004, p.79 (trabalho de campo)

As roças Terena são caracterizadas pela diversidade de cultivos. A diversificação, no entanto, decorre das habilidades Terena para otimização do trabalho agrícola em pequenas áreas. A produção “amiúde” de vários gêneros alimentícios proporciona, além da sustentação familiar e maior autonomia em relação à difícil aquisição destes gêneros na cidade, sobretudo a possibilidade de

¹² A categoria “roça” é bastante usual entre os Terena.

comercialização direta à população. Em outras palavras, a diversificação proporciona que se produza, como se diz, “de tudo um pouco”, sendo que na ordem do “pouco” é mais fácil conseguir comercializar cada item (caso não consiga o “prejuízo” também é menor). (FEHLAUER,2004, p.79)

As roças compõem-se de fatores como demandas de consumo familiar (de segurança alimentar e satisfação, nutrição e “gosto”), demandas de uma particularidade no modo de comercialização (internas à comunidade, feira regional, feira na capital, casa em casa, venda a intermediários, venda em estradas, etc.). E ainda como o de resultado de ajustes experienciais e “técnicas” para diversos ambientes e tipos de solo trabalhados. O plantio segue um calendário cultural que se baseia nas fases da lua (MIRANDA, 2006, p.100). No entanto, tal variável do arranjo produtivo não deve ser alterado, com risco de comprometer a relação cultural dessas comunidades com o modo de produção adotado.

Segundo Fehlauer (2004, p.97), as coletas de pequi e guavira importantes frutos na alimentação Terena e na comercialização nas feiras, ocorrem, respectivamente, em Janeiro/Fevereiro e Novembro/Dezembro. A época de coleta destes frutos é aguardada com grande expectativa e alegria “ao chegar” pelos Terena. É fácil perceber, para além do valor econômico, o valor afetivo e social imbricado nas atividades acerca da coleta de guavira e pequi.

Visto a importância destas frutas para os Terena, sua coleta não conhece limite territorial e andam por todas as fazendas da região onde tiver mato. As plantas de guavira e pequi quase sempre já são conhecidas de experiências de incursões anteriores. Entretanto, o desmatamento tem uma implicação direta na redução das árvores de guavira e de pequi. Outra implicação indireta tem preocupado os indígenas, que diz respeito a diminuição dos alimentos naturais das araras. Elas acabam “atacando” as frutas até mesmo antes da completa maturação, portanto, “concorrendo” com a coleta dos Terena. (FEHLAUER, 2004, p.98)

Portanto, a oferta dos produtos sofre diminuição constante pelo desmatamento que reduz as coletas de guavira e pequi, e pela falta de terras para

descansar entre um período de cultivo e outro. Esse desgaste compromete a produção dos gêneros alimentícios comercializados nas feiras.

No que diz respeito à demanda nota-se que é maior que a oferta. No entanto, isto não se reflete em melhor rentabilidade para os Índios. Para entender a composição da rentabilidade e formação do preço é necessário estabelecer suas relações com a oferta e demanda. Na economia clássica temos as seguintes definições:

Partindo da ótica Schumpeteriana¹³, Domingues (2008, p.01) considera que as mudanças que geram desenvolvimento acontecem "no lado da oferta":

É a esfera produtiva que conduz todo o processo. Produzir é combinar materiais e forças ao nosso alcance. Para produzir coisas novas ou as mesmas coisas de forma diferente devem-se combinar diferentemente materiais e forças. Essas são as novas combinações que podem acontecer de forma gradativa ou abrupta. Quanto às novas combinações elas surgem de forma repentina e descontínua. Há o fenômeno do desenvolvimento econômico. Essas novas combinações podem objetivar a introdução de um novo produto, de um novo método, a abertura de um mercado, a conquista de novas matérias-primas ou o estabelecimento de uma nova organização produtiva. Ao ocorrerem novas combinações, elas ocasionam alterações sociais e econômicas, as novas combinações surgem de forma a não provocar consequências sócio-econômicas. Cabe aqui ressaltar a distinção entre inovações e novas combinações. Inovações são descobertas científicas que nem sempre influenciam a economia, ao passo que as novas combinações dos fatores de produção, oriundas ou não de inovações recentes ou passadas, desencadeiam o desenvolvimento econômico.

A teoria do consumidor é construída sob a premissa de que consumidores individuais aproveitam ao máximo suas oportunidades de acordo com suas preferências, de acordo com sua restrição orçamentária. O consumidor procura escolher as quantidades dos produtos de acordo com a maximização de sua utilidade, respeitando a restrição orçamentária. O pressuposto da não-saciedade implica que um consumidor irá sempre escolher uma cesta de produtos maximizadora da utilidade na linha de orçamento, ou seja, o consumidor nunca

¹³ Segundo Schumpeter para que a economia saia de um estado de equilíbrio e entre em um boom (processo de expansão) é necessário o surgimento de alguma inovação, do ponto de vista econômico, que altere consideravelmente as condições prévias de equilíbrio.

estará satisfeito se o seu orçamento lhe permitir comprar um produto melhor e que lhe seja mais útil. (EATON; CURTIS, 1999)

A escolha do consumidor vai depender das variáveis endógenas, que são as quantidades do produto, determinadas pelas variáveis exógenas, que são os preços e o orçamento. A função demanda descreve a relação funcional entre a quantidade de um produto demandado e os preços dos produtos e o tamanho do orçamento do consumidor (EATON; CURTIS, 1999).

O consumidor maximiza a utilidade de um produto quando esse é essencial à sua vida. Por mais alto que seja seu preço, o consumidor sempre comprará alguma quantidade. Já um produto não essencial é passível de escolha, pois se o preço estiver alto, ele pode optar por não comprá-lo. (EATON; CURTIS, 1999)

A motivação é o elemento principal que leva o ser humano a comprar. Compreender esta motivação é a chave para desvendar a relação de consumo. Os estímulos podem ser produzidos por necessidades internas ou externas e pelo desejo (estímulo psicológico) (KOTLER, 1998).

Os consumidores normalmente apresentam reações ao surgimento de "inovações", sejam positivas ou negativas. Os empreendedores devem aflorar suas características de líderes do empresariado para suportar os preconceitos e seguir com as novas combinações. Segundo Shumpeter (*Apud* DOMINGUES, 2008), o empreendedor deve disciplinar o mercado consumidor a recepcionar seu novo produto, e convencer as entidades de fomento a conceder o crédito necessário. Desta forma, o empresário guiará todo um setor produtivo, impulsionando a economia.

Sua explicação em torno da teoria da escolha do consumidor, inicia-se no que o consumidor pode "permitir-se", ou seja, a restrição orçamentária. As pessoas consomem menos do que desejam porque sua despesa está restringida por sua renda. A restrição orçamentária mostra as várias combinações de bens que o consumidor pode se permitir de acordo com a renda. Além da restrição orçamentária o consumidor define sua escolha pela preferência em determinados

bens, dada pela curva de indiferença, que mostra combinações de bens que tornam o consumidor igualmente feliz.

Os consumidores do século XXI possuem, além das motivações citadas anteriormente, outras que desempenham papel decisivo no desejo de consumir determinado produto como: produtos que não agridem a natureza, não utilizam mão de obra infantil e bens que preservam ou são oriundos de populações tradicionais. Portanto, existe um esforço mundial para demonstrar a procedência, modos de produção sustentável e de comercialização justos cada vez mais valorizados pelos consumidores responsáveis do século XXI.

Os produtos oriundos do extrativismo são “ecologicamente corretos” e aliado ao vínculo do produto à comunidade Terena, implicará em fatores emocionais, que motivam o consumidor a escolher tais produtos, aferindo caráter social à compra. Um exemplo desse fato está na organização de Indígenas do Rio Negro que criou a Casa de Produtos Indígenas do Rio Negro (Wariró), que é uma loja de artesanato pertencente a Federação das Organizações Indígenas do Rio Negro (FOIRN). Em abril de 2009, lançaram, em São Miguel da Cachoeira – AM, seu selo de certificação dos artesanatos indígenas. O objetivo do selo é conseguir novos mercados aos produtos indígenas, além de auferir um diferencial comercial aos produtos como: preservação da cultura local, objetos com características únicas, apelo ecológico, proteção das comunidades tradicionais.

Figura 4: Selo de certificação da FOIRN



Fonte: <http://www.socioambiental.org/nsa/detalhe?id=2869> / 2010

Segundo a FOIRN (Federação das Organizações Indígenas do Rio Negro):

É o primeiro selo de identificação de origem cultural, geográfica e de comércio justo desenvolvido, emitido e monitorado por uma organização indígena e tem como objetivo identificar produtos feitos pelos povos indígenas da região, agregando valor a esses produtos, trazendo com ele um conjunto de conhecimentos e práticas ancestrais de produção que atrelam aos produtos valor imaterial, e que respeita as boas práticas de comercialização.

Os produtos certificados da FOIRN são vendidos, também, em grandes redes como Tok & Stok e Grupo Pão de açúcar, aumentando ainda mais sua rede de compradores.

Os produtos Terena comercializados na feira do mercado municipal podem ter seu preço melhorado se, a exemplo da FOIRN, criarem uma certificação¹⁴ que agregue valor a estes produtos, trazendo diferenciais que motivam os exigentes consumidores desse século a comprarem produtos que demonstram um forte apelo ecológico e social. Com isso a rentabilidade da comunidade melhoraria sem serem necessárias mudanças de comportamento étnico e cultural, preservando assim os aspectos fenomenológicos dessas comunidades.

¹⁴ A Associação de Feirantes em parceria com a AGRAER está desenvolvendo um selo para os produtos oriundos da agricultura Terena, comercializados na feirinha. Não ficou claro se o selo será apenas de informações nutricionais ou conterá informações que agreguem valor social e cultural ao produto.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como visto no decorrer do trabalho, a partir de 1980 os debates acerca de novas concepções de desenvolvimento econômico acentuaram-se, uma vez que o Estado e as grandes empresas não eram mais consideradas as únicas instâncias promotoras do desenvolvimento. Nessa concepção surge a análise de uma nova forma de desenvolvimento, pautada na aglomeração territorial, denominada Arranjo Produtivo Local (APL), no qual os agentes locais apresentam vínculos de produção, interação, cooperação e aprendizagem, estimulando o desenvolvimento de dentro para fora (endógeno), fortalecendo e qualificando as estruturas e os agentes internos, objetivando dinamizar o potencial endógeno e o desenvolvimento local dessas comunidades.

Partindo da teoria Marshalliana, os debates em torno das aglomerações produtivas ganharam força. Esta teoria determinava que o comportamento dos produtores e dos consumidores era o elemento fundamental para interpretação dos preços de mercado. Outro elemento fundamental para a interpretação e caracterização dos arranjos produtivos locais é a inovação, a qual tiraria a economia do estado de equilíbrio e iniciaria o processo de expansão.

Como já citado, outro importante elemento que compõe as novas formas de organização dos Arranjos Produtivos Locais é a inovação. O comércio Terena apresenta-se sob a forma de produtos com baixa ou nenhuma utilização de agrotóxicos, produtos “ecologicamente corretos”, oriundos do extrativismo que mantém “em pé” as florestas, produtos que auxiliam populações tradicionais e produtos que não são facilmente encontrados no comércio local.

A metodologia de pesquisa iniciou com o levantamento bibliográfico, que contextualizou os Arranjos Produtivos Locais, Etnodesenvolvimento e Desenvolvimento Local. Trouxe ainda a descrição dos elementos da cultura e

história Terena e, por fim, o último capítulo trouxe as nuances do comércio Terena, sua forma organizativa, as entidades de apoio, sua articulação interna e externa. Para tanto, foram entrevistados a presidente e o vice-presidente da Associação de Feirantes Indígenas de Campo Grande. Com eles foram coletadas informações sobre: produção, transporte, comercialização dos produtos, perfil dos compradores, entidades de apoio, articulação interna e externa, renda obtida com o comércio na feirinha e o papel de cada membro familiar no Arranjo Produtivo Local. Já a pesquisa aplicada à população de Campo Grande teve como objetivo entender a percepção das pessoas, em relação aos produtos indígenas e o dimensionamento da procura por esses produtos em Campo Grande, além de identificar o grau de informação dessa população sobre os locais de comercialização. O maior desafio do trabalho foi concatenar elementos da geografia, economia e antropologia de modo que a produção tivesse harmonia e fundamentação. Outra dificuldade encontrada no decorrer do levantamento bibliográfico foi a escassez de produções literárias acerca dos Terena, principalmente, atualizadas.

O objetivo do trabalho foi investigar até que ponto é possível falar em Arranjo Produtivo Local no comércio indígena Terena, e em que medida esse arranjo produtivo está articulado e quais as vantagens que traz para a comunidade, destacando sua caracterização e particularidades. O objeto de estudo centrou-se no Arranjo produtivo Local de produtos comercializados na feira indígena do Mercado Municipal de Campo Grande-MS.

O resultado da pesquisa mostrou que o comércio Terena traz os principais elementos caracterizadores dos Arranjos Produtivos Locais, os quais são: a aglomeração territorial (seja na produção, seja na venda dos produtos); o vínculo de produção, que se dá através da definição do período de plantio, o qual segue calendário específico dos itens plantados; e a composição das “roças”. A cooperação evidencia-se no transporte, visto que, quando do retorno à feirinha, os Terena trazem consigo não só seus produtos, mas itens de outras famílias.

A forma organizativa da comercialização dos produtos indígenas se dá através da Associação dos Feirantes Indígenas de Campo Grande, demonstrando que existe articulação dos agentes internos e que eles compreendem e

direcionam o APL. No entanto, os Terena sentem falta de maior suporte das entidades de apoio, em especial do Governo Estadual e Municipal, visto que a instalação física da feirinha está em uma praça pública. Outro fator percebido é que a articulação entre a associação de feirantes e as associações produtivas das aldeias ainda é bastante tímida. As entidades de apoio atuam de forma direcionada a cada etapa do arranjo, seja na produção, seja na comercialização, não visualizando de forma reticulada todo o arranjo produtivo.

Concluo que o comércio Terena na feirinha do Mercadão caracteriza um Arranjo Produtivo Local Cultural, visto que elementos próprios da cultura e do modo de organização social Terena influenciam diretamente no APL, principalmente no que tangem os objetivos almejados, quando comparamos empresários e feirantes Terena (lucro, aumento de produção, capilarização das unidades de distribuição), uma vez que tais objetivos sofrem interferência direta no modo relacional desses indivíduos em seu meio. No caso dos empresários, estes são vistos como empreendedores, enquanto que os índios são vistos como ambiciosos e são reprovados dentro de sua comunidade.

A relação dos Terena com a terra é intensa, conforme relatos inseridos no trabalho. O resultado das entrevistas realizadas na feirinha, demonstra que os índios Terena não querem ampliar suas áreas de “roça”, mas precisam de mais terra para permitir o descanso (pousio) e recuperação das áreas esgotadas. Considerando as particularidades culturais desse APL, a proposta de criação de um selo para os produtos Terena, a exemplo da Federação das Organizações Indígenas do Rio Negro, poderá agregar valor aos produtos, trazendo diferenciais comerciais a partir de um forte apelo ecológico e social. Com isso, a rentabilidade da comunidade melhoraria sem que houvesse mudança de comportamento étnico e cultural, preservando assim os aspectos fenomenológicos da comunidade Terena.

A população Terena em Mato Grosso do Sul, segundo a FUNASA, é de 23.649 índios e está distribuída nas cidades de: Aquidauana, Miranda, Terenos, Rochedo, Sidrolândia, Nioaque, Dois Irmãos do Buriti, Campo Grande e Dourados. Como fonte de renda os índios tem como principais atividades econômicas, o trabalho assalariado nas usinas de cana-de-açúcar, fazendas e

residências (como domésticas); o comércio de produtos cultivados em suas roças, coletados e no artesanato; e por fim aqueles que recebem benefícios assistenciais, ou são aposentados.

A forma de trabalho assalariado, em especial, o emprego da mão de obra indígena em usinas de cana-de-açúcar, sofrerá profundas mudanças no processo produtivo, principalmente na colheita, visto que a mecanização das lavouras cresce a cada dia, e o desemprego aumentará proporcionalmente à evolução e aplicação de novas tecnologias no processo de produção. O fomento ao comércio indígena com o efetivo auxílio dos entes públicos e entidades de apoio, poderá surgir como uma boa alternativa para o desemprego indígena no campo. Para que o impacto seja menor, a discussão, planejamento e aplicação devem começar imediatamente, criando bases sólidas para evolução do Arranjo Produtivo Local do comércio indígena em MS. Para tanto, conforme as premissas do Desenvolvimento Local, são os índios que devem conduzir o rumo do desenvolvimento, harmonizando-o com seus valores culturais, sociais e históricos. As instâncias de apoio devem produzir uma política com os índios e não apenas para índios.

REFERÊNCIAS

ADELMAN, I. **Teoria do Desenvolvimento Econômico**. Rio de Janeiro: Forense, 1972.

ALTENFELDER, Fernando S. **Mudança cultural dos Terena**. Revista do Museu Paulista, São Paulo, V. III, p. 281, 1949.

AMARAL FILHO, J. **Desenvolvimento regional endógeno em um ambiente federalista**. In: Planejamento e políticas públicas. Brasília, DF, n.14. p. 36-72, dez.1996.

ÁVILA, Vicente F. de. **Cultura, desenvolvimento local, solidariedade e educação**. Campo Grande-MS: UCDB. Disponível em: www.ucdb/colloquio, 2003.

ÁVILA, Vicente F. de. **Pressupostos para formação educacional em desenvolvimento local**. Interações – Revista Internacional de Desenvolvimento Local. n.1, set. 2000, p.63.

ÁVILA, Vicente F. de et al. **Formação educacional em desenvolvimento local: relato de estudo em grupo e análise de conceitos**. Campo Grande: UCDB, 2001.

AZANHA, G. “**Etnodesenvolvimento, Mercado e Mecanismos de Fomento: possibilidades de desenvolvimento sustentado para as sociedades indígenas no Brasil**” - In: Antonio Carlos de SOUZA LIMA & Maria BARROSO HOFFMANN (orgs.). Etnodesenvolvimento e Políticas Públicas: bases para uma nova política indigenista. Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria, 2000.

AZANHA, G. **Sustentabilidade nas sociedades indígenas brasileiras**. Revista Tellus n.8 , NEPPI-UCDB, Campo Grande, 2005.

AZANHA, G. **Resumo do relatório circunstanciado de identificação e delimitação da terra indígena Cachoeirinha**. Diário oficial da união nº 119, 24/06/2003. Seção 1, p.132.

AZANHA, G. **A lei de terras de 1850 e as terras dos índios**. CTI. 2001. Disponível em: <http://www.arranjosmpes.ufsc.br>. Acesso em Set. 2006.

BARQUERO, A. V. **Desenvolvimento endógeno em tempos de globalização.** Porto Alegre: FEE/UFRGS, 2002.

BARTH, Fredrik. **Grupos étnicos e suas fronteiras.** São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1998.

BITTENCOURT, Circe M.; LADEIRA, Maria E. **A história do povo Terena.** Brasília: MEC, 2000.

CAMPOS R. **Projeto de Pesquisa “Micro e Pequenas Empresas em Arranjos Produtivos Locais” – Termo de Referência** UFSC. Departamento de Ciências Econômicas. 2001. Disponível em: <http://www.arranjosmpes.ufsc.br>. Acesso em Set. 2006.

CARDOSO, Wanderley D. **Aldeia indígena Limão Verde: Escola, comunidade e desenvolvimento local** – Campo Grande, 2004. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Local). Universidade Católica Dom Bosco.

CORREA, Roberto Lobato. **Territorialidade e corporação: um exemplo.** In: SANTOS, Milton; SOUZA, Maria Adélia A. de; SILVEIRA, Maria Laura (Org.) **Território: globalização e fragmentação.** 5.ed. São Paulo: HUCITEC, 2002. p.251-256.

DARELLA, Maria D. P. **Territorialidade e territorialização Guarani no litoral de Santa Catarina.** Revista Tellus. Ano 4, Nº 6. 2004, Campo Grande.

DOMINGUES, R. **A teoria do desenvolvimento econômico de Schumpeter.** 2008 (não publicado). Disponível em: <http://www.ronalddomingues.com/index.php?lang=2&s=economics&id=61>. Acesso em agosto de 2008.

DULTRA, Marcelo P. M. **Arranjos Produtivos Locais como política de desenvolvimento econômico e social.** Salvador: UNIFACS, 2006.

DURSTON, John. **Construyendo capital social comunitário.** Revista de la CEPAL, Santiago do Chile, n.69, p.103-118, dez.1999.

EATON, Diane F.; CURTIS B. **Microeconomia.** São Paulo: Saraiva, 1999.

FEHLAUER, Tércio J. **Conhecimento Indígena em perspectiva: Performance, Habilidades e Capacidades agrícolas dos Terena da Aldeia Limão Verde – Florianópolis,** 2004. Dissertação. (Mestrado em Agrossistemas) Universidade Federal de Santa Catarina.

FERNANDES, J. R. **Da aldeia do campo para a aldeia da cidade: Implicações sócio-econômicas e educacionais no êxodo dos índios Terena para o**

perímetro urbano de Campo Grande-MS. Campo Grande, 1997. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Católica Dom Bosco.

FOUCAULT, M. "Soberania e disciplina". In: **Microfísica do poder.** Rio de Janeiro: Graal, 1979.

FUNASA: Fundação Nacional de saúde dados extraídos do sistema (Siasiweb) disponível em:
http://sis.funasa.gov.br/transparencia_publica/siasiweb/Layout/quantitativo_de_pessoas_2010.asp data da consulta: 20/11/2010.

GONZAGA, Jorge Luiz Vieira. **Desenvolvimento Local na perspectiva Terena de Cachoeirinha. Município de Aquidauana/MS.** Campo Grande, 2004. 109 fls. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Local). Universidade Católica Dom Bosco.

JUNG, Carl G. **O desenvolvimento da personalidade.** Petrópolis: Vozes, 1981.

KASHIMOTO, E. M.; MARINHO, M.; RUSSEFF, I. **Cultura, identidade e desenvolvimento local: conceitos e perspectivas para regiões em desenvolvimento.** In: *Interações – Revista Internacional de Desenvolvimento Local*, Campo Grande, v. 03, nº 04, p. 35-42, Mar.2002.

KLICKSBERG, Bernardo. **Capital social y cultura, claves esenciales del desarrollo.** Revista de La CEPAL, Santiago do Chile, n.69, p.85-91, dec. 1999.

KOTLER, Philip. **Administração de Marketing.** 5.ed. São Paulo: Atlas, 1998.

LACERDA, Munier Abrão. **Perspectivas de desenvolvimento local entre os Terena na aldeia urbana Marçal de Souza, em Campo Grande-MS: a opção pelo etnoturismo.** Campo Grande, 2004. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Local). Universidade Católica Dom Bosco.

LADEIRA, Maria E.; AZANHA, Gilberto. **Povos Indígenas do Brasil: Terena.** São Paulo: ISA, 2004. Disponível em: <http://pib.socioambiental.org/pt/povo/terena> (acesso em: Março de 2009).

LASTRES, H. M. **Economia da informação, do conhecimento e do aprendizado. Informação e Globalização na Era do Conhecimento.** Rio de Janeiro: Campus, 1999.

LASTRES, H. M. **Desafios e oportunidades da era do conhecimento.** São Paulo: São Paulo em Perspectiva, 2002.

LASTRES, H. M.; CASSIOLATO, J. et al. (Orgs.) **Pequena empresa: cooperação e desenvolvimento local.** Revista FAE BUSINESS nº 8. Maio-2004. Disponível em:

http://www.fae.edu/publicacoes/pdf/revista_da_fae/fae_v8_n1/rev_fae_v8_n1_16_silva.pdf

LASTRES, H. M.; CASSIOLATO, J. **O foco em arranjos produtivos e inovativos locais de micro e pequenas empresas.** In: LASTRES, H. M. M. et al. (Ed.). Pequena empresa: Cooperação e desenvolvimento local. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2003.

LASTRES, H. M.; CASSIOLATO, J. **Mobilizando Conhecimentos para Desenvolver Arranjos e Sistemas Produtivos e Inovativos Locais de Micro e Pequenas Empresas no Brasil.** Oitava Revisão Dezembro, 2005. Disponível em: <http://www.ie.ufrj.br/redesist> Acesso em jul. 2010.

LASTRES, H. M.; CASSIOLATO, J. **Inovação, Informação e Conhecimentos: a importância de distinguir o modo da moda.** In: Revista de Ciência da Informação - v.7 n.1 fev-2006. Disponível em: <http://www.ie.ufrj.br/redesist> Acesso em set. 2006.

LEFEBVRE, Henri. **La Production De L'espace.** Paris, Anthropos. 1981.

MANGOLIN, Olívio. **Povos indígenas no Mato Grosso do Sul: Viveremos por mais 500 anos.** 1993: UCDB. Campo Grande- MS.

MARSHALL, Alfred. **Princípios de economia:** São Paulo: Abril cultural, 1982.

MARTINELLI, Pinheiro D. JOYAL, André. **Desenvolvimento Local e o papel das pequenas e médias empresas.** Barueri: Manole, 2004.

MARTINS, S. R. O. **Desenvolvimento Local: questões conceituais e metodológicas** in: Interações – revista internacional de desenvolvimento local (Nº 5), SET. 2002, p. 51-59.

MIRANDA. Claudionor do Carmo. **Territorialidade e prática agrícola: premissas para o desenvolvimento local em comunidades Terena de MS.** 2006. Dissertação Mestrado em desenvolvimento local: UCDB. Campo Grande - MS.

MORAES, Jorge Luiz Amaral de. **Capital social e a dinâmica do desenvolvimento territorial rural do Rio Grande do Sul,** 2009. Disponível em: <<http://www.sober.org.br/palestra/12/12O505.pdf>>. Acesso em: Dezembro de 2009.

MOURA, S. **A gestão do desenvolvimento local: estratégias e possibilidades de financiamento.** 2002. Disponível em: <<http://nutep.adm.ufrgs.br/pesquisas/Desenapad.html>>. Acesso em: fev. 2007.

NASCIMENTO, Marcelo Casaro. **Releção entre Tekoha, sustentabilidade e território: estudo de caso do Tekoha Carumbé na perpectica do**

desenvolvimento local. Campo Grande, 2008. Dissertação. (Mestrado em Desenvolvimento Local) Universidade Católica Dom Bosco.

NOGUEIRA, Marly. **Considerações acerca do conceito de lugar geográfico: a singularidade socialmente produzida.** In: 6º Congresso Brasileiro de Geógrafos, 2004, Goiânia. VI Congresso Brasileiro de Geógrafos. Goiânia, 2004.

OLIVEIRA, Roberto C. de. **Urbanização e Tribalismo: a integração dos índios Terêna numa sociedade de classes.** Rio de Janeiro: Zahar, 1968.

PACCA, Maria C. S. **Desenvolvimento Local em área de conflito interétnico.** 2002. 75 fls._Dissertação do Curso de Mestrado em desenvolvimento local: UCDB - Campo Grande-MS.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma Geografia do Poder.** São Paulo, Ática, 1993.

RAMOS, Alcida Rita. **Sociedade indígenas.** São Paulo:Editora Ática, 1986.

SACK, Robert D. **Human territoriality – Its theory and history.** Cambridge: Cambridge University Press, 1986.

SAHLINS, Marshall. **Economia de la edad de piedra.** Madrid, Akal, 1977.

SANTOS, M. **Metamorfoses do Espaço Habitado.** São Paulo: Hucitec, 1981.

SANTOS, M. **Técnica, espaço, tempo: Globalização e meio técnico - científico informacional.** São Paulo: Hucitec, 1994.

SANTOS, M. In: XII Encontro Nacional de Geógrafos. Florianópolis-SC. Anais do XII Encontro Nacional de Geógrafos. Florianópolis: AGB, 2000A.

SCHUMPETER, J. A. **Teoria do Desenvolvimento Econômico.** Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, Rio de Janeiro, 1982.

SEBRAE – Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas. **Termo de Referência para Atuação do Sistema SEBRAE em Arranjos Produtivos Locais.** Brasília, 2003.

SOJA, Edward W. **Geografias pós-modernas: A reafirmação do espaço na teoria social crítica.** Tradução da 2º ed. Inglesa. Vera Ribeiro; revisão técnica de Bertha Becker, Lia Machado. 1993. Rio de Janeiro: Zahar.

SOUZA, N. J. de. **Desenvolvimento Econômico.** 3. ed. São Paulo: Atlas, 1997.

SOUZA FILHO, J. R. **Desenvolvimento regional endógeno, capital social e cooperação.** 2002. Disponível em:

<<http://nutep.adm.ufrgs.br/pesquisas/desenvolvreg.html>>. Acesso em: Julho de 2009.

STAVENHAGEN, Rodolfo. **Etnodesenvolvimento: uma dimensão ignorada no pensamento desenvolvimentista.** Anuário Antropológico 84, Universidade de Brasília, 1984.

VARGAS, Vera Lúcia Ferreira. **A construção do território Terena (1870-1966): Uma sociedade entre a imposição e a opção.** 2003 – Dissertação de Mestrado em História: UFMS. Dourados-MS

VEIGA, J. E. **Mistério do “empreendedorismo” apesar da certeza de que é essencial na economia, o sucesso empreendedor permanece desconhecido.** Disponível em: www3.estado.com.br/edica/pano/99/10/08/eco797.html. acesso em: Abril de 2010.

VERDUM, Ricardo. **Etnodesenvolvimento: Nova/velha Utopia do Indigenismo.** Brasília, 2006. 200 fls. Tese (Doutorado em Ciências Sociais). Universidade de Brasília.

VIETTA, Kátia. **Sociedades indígenas: Algumas das velhas e das novas representações.** 2002: UCDB. Campo Grande-MS.

VIETTA, Kátia. **Não tem quem orienta, a pessoa sozinha é que nem uma folha que vai com o vento: análise sobre alguns impasses presentes entre os Kaiowá/Guarani.** Multitemas, n. 12, p. 52-73, nov.1998.

ANEXOS

Questionário aplicado na entrevista com a presidente e o vice-presidente da associação de feirantes indígenas de Campo Grande.

- 1) Como é realizada a venda dos produtos na cidade de Campo Grande?
- 2) Quais produtos são comercializados?
- 3) De onde vêm esses produtos?
- 4) Quem são os compradores e qual o perfil?
- 5) Como esses produtos são produzidos na aldeia?
- 6) Qual o papel de cada membro familiar no arranjo produtivo?
- 7) Quais os motivos que levam a essa forma organizacional?
- 8) Quem colabora (Entidades, Estado, Prefeitura, União...) e porque para esse comércio?
- 9) Como os produtos chegam a Campo Grande?
- 10) Existe cooperação no transporte e distribuição? Se sim, qual?
- 11) Qual a destinação do dinheiro das vendas?

Questionário aplicado á população de Campo Grande.

- 1) Você conhece ou ouviu falar de venda de produtos indígenas como Pequi, Guariroba e Feijão verde?
- 2) Você já consumiu algum produto oriundo de cultivo/extrativismo indígena?
- 3) Qual o local que você encontra os produtos indígenas?
- 4) Quais produtos do comércio indígena você conhece?

Questionário aplicado em gerentes das redes de supermercado sobre a oferta de Pequi, Guariroba e Feijão verde.

- 1) Você comercializa produtos como Pequi, Guariroba e Feijão Verde in natura?
- 2) Há interesse do supermercado em comercializar esses produtos?
- 3) Existe demanda para esses produtos no supermercado
- 4) Qual o principal motivo de não comercializar esse produtos?

FOTOS: 1,2,3 - FEIRINHA DO MERCADÃO MUNICIPAL DE CAMPO GRANDE - 2010





População Terena em Mato Grosso do Sul (FUNASA, 2010)

| MUNICÍPIO DA ALDEIA | ALDEIA | Qt. de Pessoas | Qt. de Homens | Qt. de Mulheres |
|-----------------------|---------------------|----------------|---------------|-----------------|
| AMAMBAÍ | AMAMBAÍ | 13 | 5 | 8 |
| ANASTÁCIO | ALDEINHA | 493 | 242 | 251 |
| ANTÔNIO JOÃO | CAMPESTRE | 1 | 1 | 0 |
| AQUIDAUANA | AGUA BRANCA | 799 | 411 | 388 |
| AQUIDAUANA | BANANAL | 1435 | 745 | 690 |
| AQUIDAUANA | COLONIA NOVA | 233 | 112 | 121 |
| AQUIDAUANA | CÓRREGO SECO | 181 | 99 | 82 |
| AQUIDAUANA | IMBIRUSSÚ | 236 | 136 | 100 |
| AQUIDAUANA | LAGOINHA | 758 | 410 | 348 |
| AQUIDAUANA | LIMÃO VERDE | 1270 | 645 | 625 |
| AQUIDAUANA | MORRINHOS | 314 | 159 | 155 |
| AQUIDAUANA | YPEGUE | 1109 | 551 | 558 |
| CAMPO GRANDE | URBANIZADO | 2618 | 1290 | 1328 |
| CORUMBÁ | UBERABA | 2 | 1 | 1 |
| DOIS IRMÃOS DO BURITI | AGUA AZUL | 285 | 159 | 126 |
| DOIS IRMÃOS DO BURITI | BARRERINHO | 106 | 47 | 59 |
| DOIS IRMÃOS DO BURITI | BURITI | 856 | 429 | 427 |
| DOIS IRMÃOS DO BURITI | OLHO DAGUA | 198 | 104 | 94 |
| DOIS IRMÃOS DO BURITI | OLIVEIRA | 133 | 65 | 68 |
| DOIS IRMÃOS DO BURITI | RECANTO | 215 | 119 | 96 |
| DOURADINA | PANAMBI | 3 | 1 | 2 |
| DOURADOS | BORORÓ | 123 | 55 | 68 |
| DOURADOS | JAGUAPIRU | 2226 | 1109 | 1117 |
| DOURADOS | PORTO CAMBIRA | 5 | 3 | 2 |
| ELDORADO | CERRITO | 3 | 3 | 0 |
| GUIA LOPES DA LAGUNA | CERRO Y | 2 | 0 | 2 |
| MARACAJU | SUCURI | 4 | 0 | 4 |
| MIRANDA | ARGOLA | 677 | 345 | 332 |
| MIRANDA | BABAÇU | 702 | 360 | 342 |
| MIRANDA | CACHOEIRINHA | 1498 | 776 | 722 |
| MIRANDA | LAGOINHA | 136 | 80 | 56 |
| MIRANDA | LALIMA | 1390 | 734 | 656 |
| MIRANDA | MOREIRA | 1037 | 518 | 519 |
| MIRANDA | MORRINHO | 311 | 160 | 151 |
| MIRANDA | PASSARINHO | 1086 | 559 | 527 |
| NIOAQUE | AGUA BRANCA NIOAQUE | 320 | 163 | 157 |
| NIOAQUE | BREJÃO | 594 | 290 | 304 |
| NIOAQUE | CABECEIRA | 305 | 151 | 154 |
| NIOAQUE | TABOQUINHA | 318 | 166 | 152 |
| PORTO MURTINHO | ALVES DE BARROS | 6 | 5 | 1 |
| PORTO MURTINHO | CAMPINA | 1 | 0 | 1 |
| PORTO MURTINHO | BARRO PRETO | 4 | 3 | 1 |
| PORTO MURTINHO | SÃO JOÃO | 127 | 65 | 62 |
| PORTO MURTINHO | TOMÁSIA | 35 | 15 | 20 |
| ROCHEDO | BÁLSAMO | 69 | 37 | 32 |
| SIDROLÂNDIA | CÓRREGO DO MEIO | 496 | 243 | 253 |
| SIDROLÂNDIA | LAGOINHA | 280 | 136 | 144 |
| SIDROLÂNDIA | TERERÉ | 636 | 333 | 303 |